

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
E MEIO AMBIENTE – PRODEMA**

ROBERTA MARIA SOARES ROCHA SILVA

**O MEIO AMBIENTE NA IMPRENSA ALAGOANA:
UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO**

**MACEIÓ
2007**

ROBERTA MARIA SOARES ROCHA SILVA

**O MEIO AMBIENTE NA IMPRENSA ALAGOANA:
UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Sub-Programa: Desenvolvimento Sustentável - PRODEMA-AL, sob **orientação do Prof. Dr. Jenner Barretto B. Filho**, como requisito à obtenção do título de Mestre.

MACEIÓ

2007

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Helena Cristina Pimentel do Vale

S586m Silva, Roberta Maria Soares Rocha.
O meio ambiente na imprensa alagoana : uma análise de conteúdo / Roberta
Maria Soares Rocha Silva. – 2007.
110 f. maps., tabs., graf.

Orientador: Jenner Barreto Bastos Filho.
Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente:
Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal de Alagoas. Programa Regi-
onal de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Maceió, 2007.

Bibliografia: f. 107-110.

1. Desenvolvimento ambiental. 2. Questões ambientais. 3. Jornalismo. I. Título.

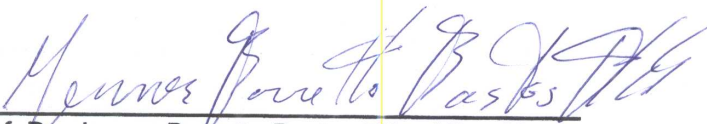
CDU: 504:070

TERMO DE APROVAÇÃO

**O MEIO AMBIENTE NA IMPRENSA ALAGOANA:
UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO**

ROBERTA MARIA SOARES ROCHA SILVA

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre pelo Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) - Área de Concentração: Desenvolvimento Sustentável, do Instituto de Geografia e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas, tendo sido aprovada em 22 de setembro de 2007 pela seguinte Banca Examinadora:



Prof. Dr. Jenner Barretto Bastos Filho (Presidente)
Universidade Federal de Alagoas

Prof. Dr. João Tertuliano Nepomuceno Agra
Universidade Federal de Campina Grande

Profª. Dra. Marcionila Fernandes
Universidade Federal da Paraíba



Profª. Dra. Silvana Quintella Cavalcante Calheiros
Universidade Federal de Alagoas

**MACEIÓ
2007**

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento à Força Suprema do Universo e a todos os espíritos de luz que me guiaram até aqui. Agradeço especialmente ao professor Jenner, à minha mãe Fátima e ao meu pai Jorge, pela paciência e por terem dado a mim todas as condições de concluir este trabalho. Aos demais professores e colegas de turma do PRODEMA, pelo companheirismo e todos os outros ensinamentos. Ao Isaac, pela ajuda e dedicação. Aos parentes e amigos, pelo apoio e torcida sincera. À Fapeal, pela bolsa de mestrado.

SUMÁRIO

RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO.....	8
I – A QUESTÃO AMBIENTAL: CONTEXTO GERAL	13
1.1 – Perspectivas do conceito de natureza.....	14
1.1.1. O discurso da natureza compartimentada	17
1.1.2. Produção da natureza versus produção do capital	23
1.2 – Significação de meio ambiente.....	26
1.2.1. Bases ideológicas do pensamento ambiental.....	29
1.2.2. Escolas atuais do movimento ecológico.....	31
1.3 – Consciência ecológica e a crise ambiental.....	34
1.4 – A polêmica do desenvolvimento sustentável	36
1.4.1. Panacéia ou utopia?	42
II – CENÁRIO DA PESQUISA: COMUNICAÇÃO SOCIAL, MEIO AMBIENTE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	48
2.1 – O papel dos meios de comunicação de massa na construção social da realidade.....	52
2.2 – Desafios comunicativos da governabilidade ambiental – atribuições da mídia no processo de consolidação da cidadania ambiental.....	54
2.3 – Considerações sobre a atividade jornalística	57
2.3.1. O Jornalismo no Brasil	59
2.3.2. Breve histórico da imprensa alagoana	62
2.3.3. Jornalismo Ambiental – surgimento e aspectos básicos	64
III – ANÁLISE DO CONTEÚDO AMBIENTAL DA IMPRENSA ALAGOANA.....	74
3.1 – Metodologia utilizada	75
3.2 - Resultados	76
3.3 - Categorias de análise	77
CONCLUSÃO.....	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	107

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de análise notícias relacionadas à questão ambiental divulgadas nos dois periódicos de maior circulação de Alagoas (Gazeta de Alagoas e O Jornal) no período de janeiro a junho de 2006, com o objetivo de investigar a atuação da imprensa alagoana na geração desses conteúdos ambientais.

A pesquisa buscou observar o espaço destinado às matérias ambientais e as editorias onde os temas referidos estão dispostos, bem como o tratamento dado a este tipo de pauta, considerando os diversos enfoques atribuídos à temática ambiental na atualidade.

Verificou-se que embora seja significativa a incidência de notícias sobre meio ambiente nos impressos pesquisados, estes números não indicam o aprofundamento nas questões ambientais, indispensável à sua compreensão num contexto mais amplo. Isto comprova o quanto o segmento do jornalismo ambiental na imprensa alagoana não tem explorado devidamente sua potencialidade mobilizadora, tratando a questão ambiental de modo superficial e fragmentado.

Palavras-chave: jornalismo, meio ambiente, desenvolvimento.

ABSTRACT

The analysis object of this work are news related to the environmental subject published in the two newspapers of larger circulation in Alagoas (Gazeta de Alagoas and O Jornal) in the period of January to June of 2006, with the objective of investigating the performance of the press from Alagoas in the generation of those environmental contents.

The aim of the research was to observe the space destined to the environmental matters and the pages where the referred themes are laid out, as well as the treatment given to this line type, considering the several focuses attributed to the thematic environmental at the present time.

It was verified that although it is significant the incidence of news about environment in the researched printed papers, these numbers don't indicate a deeper coverage in the environmental subjects, indispensable to their understanding in a broader context. This proves that the segment of the environmental journalism in the press from Alagoas has not been exploring their leading potentiality properly, treating the environmental subject in a superficial and fragmented way.

Keywords: journalism, environment, development.

INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa evoca uma série de reflexões sobre as potencialidades e limitações do campo da comunicação social, especificamente do jornalismo, no tratamento dado à problemática ambiental.

As discussões do mundo contemporâneo sobre o desenvolvimento das tecnologias da informação expressam o que pesquisadores da área e os próprios meios de comunicação já anunciavam no fim do século XX: a sociedade do século XXI seria a *sociedade da informação*.

Tal assertiva aponta para aspectos que merecem ser analisados no âmbito do acesso à informação de modo geral. O processo pelo qual a informação circula, em um sistema social, de modo a formar ou modificar os repertórios individuais de conhecimento e/ou a opinião pública, recebe o nome de **comunicação**. Cada sistema social possui um código específico através do qual filtra, processa e constrói comunicação. Deste modo, a comunicação adquire sentido e significado em termos das relações sociais que a originam, nas quais ela se manifesta e sobre as quais influi.

Os meios de comunicação apresentam-se como intermediários técnicos nessas relações sociais. Quando utilizados como dispositivos para propagar a comunicação em larga escala, originando uma produção em série para receptores desconhecidos, são chamados de meios de comunicação de massa, ou *mass media*.

Entre as possíveis linguagens aplicadas pelos media, esta pesquisa se deterá sobre o gênero noticioso, característico do jornalismo. Por jornalismo,

entende-se a atividade profissional que consiste na produção e divulgação de informações, o que compreende um processo social que se articula a partir da relação entre organizações formais e coletividades, através de canais de difusão que asseguram a transmissão de informações em função de interesses e expectativas.

Dos valores sobre os quais se forma o jornalismo brasileiro, defende-se seu uso para formação da consciência crítica de uma comunidade em determinado espaço de tempo.

Por outro lado, o histórico do jornalismo no Brasil mostra uma supervalorização da informação como produto já a partir de 1890, com a modernização dos jornais tradicionais, estruturados como empresas voltadas para o lucro.

A imprensa se desenvolve sobrevivendo da publicidade. O espaço publicitário adquire importância e cria um impasse dentro das linhas editoriais: grandes anunciantes poderiam ser “poupados” pelos jornais onde veiculam sua propaganda.

Vale lembrar ainda que qualquer matéria jornalística é concebida por meio do surgimento de uma pauta - que pode ser intencional, procurada ou ocasional. Esse momento onde se predetermina o expediente do noticiário carrega a primeira força do processo, que pode ser chamada *angulação*. Na angulação, estão estabelecidas relações muito estreitas de identificação com a caracterização da empresa jornalística onde essa pauta vai tramitar. Esta empresa que, por sua vez, está ligada a algum grupo econômico e/ou político (realidade bem característica do caso alagoano), *conduz* o comportamento da

mensagem da captação da informação à sua formulação estilística; de modo que a presença difusa e subjacente da “política empresarial” na mensagem expressa envolve uma série de especificidades daí desencadeadas e que age na própria estruturação dos elementos do processo de codificação.

A produção de um jornal exige a ocupação de um espaço finito, com determinados custos e a decisão de ocupar uma fatia do espaço disponível com uma notícia é movida por uma expectativa de uso e de troca.

As relações de produção das notícias ambientais seguem estes mesmos princípios das demais notícias. O discurso da crise ambiental ganhou visibilidade e a mídia desde então acompanha esta temática e a reproduz, à sua forma, para a sociedade.

Expressões como “custo ambiental”, “tecnologias limpas” e “desenvolvimento sustentável” despontam na imprensa brasileira, a partir da década de 90, com a realização da Eco-92, no Rio de Janeiro.

De fato, desde o anúncio da crise planetária, o “meio ambiente” é mais do que nunca o centro de uma disputa de poder. Há quem conceba que é preciso defender o mundo natural da ação humana caso contrário, o planeta entrará em colapso; há quem entenda que o mais viável seria estagnar o dito “progresso” e não importar esse modelo internacionalizado para as economias locais, há ainda os que acreditam que o discurso “verde” é apenas uma forma de atender às novas exigências do capital, que se apropria e incorpora as novas questões desenvolvimentistas da atualidade, no caso, a necessidade de prudência ecológica.

As muitas perspectivas que se apresentam, embora nem sempre convergentes, apontam um caminho: a questão ambiental remete a múltiplos aspectos, que englobam áreas distintas do conhecimento e, por isso mesmo, está longe de ser contemplada em sua globalidade à luz de um único ponto de vista.

A proposta deste trabalho é, portanto, observar como a imprensa alagoana seleciona, trata e disponibiliza conteúdos ambientais através do jornalismo, considerando especialmente a interligação desta temática com aspectos sociais, políticos e econômicos. O principal objetivo é criar um recorte que identifique mensagens presentes nas enunciações dos impressos, e algumas significações que estes veículos articulam, na tentativa de promover contribuições ao pensamento crítico sobre os meios de comunicação e a questão ambiental.

Alagoas é um Estado que apresenta um processo histórico de degradação ambiental. Daí a necessidade de mapear e analisar a atuação dos impressos alagoanos neste contexto, fundamentada na concepção de que o jornalismo opera na formulação dos argumentos desenvolvidos sobre o entorno social e, sobretudo, na cristalização de modos de compreendê-lo e vivenciá-lo.

No primeiro capítulo deste trabalho, estão dispostas questões conceituais que permeiam o debate sobre meio ambiente e desenvolvimento. No capítulo seguinte, concepções acerca do cenário pesquisado - a pedagogia da informação, sua relação com o campo da representação civil e a atividade jornalística em si. Por fim, os resultados da pesquisa de notícias referentes a questões ambientais veiculadas nos dois jornais de maior tiragem do Estado, no período de janeiro a junho de 2006. A metodologia utilizada foi a de Análise de Conteúdo, buscando identificar qual a frequência de notícias relacionadas à temática ambiental nos

periódicos escolhidos, qual a disposição e a abordagem dada a este tipo de pauta e com quais seções dos impressos (Economia, Política, Saúde etc) são estabelecidas conexões, a despeito da interdisciplinaridade conferida à questão ambiental.

I - A QUESTÃO AMBIENTAL: CONTEXTO GERAL

A questão ambiental vem atraindo cada vez mais a atenção e o interesse da sociedade, especialmente diante da possibilidade de escassez dos recursos naturais. Na realidade, essa preocupação já se manifestava no final da década de 50, quando a degradação e a relação com o estilo de crescimento econômico já havia se tornado objeto de estudo: em 1954, Albert Schweitzer ganhava o Prêmio Nobel da Paz por popularizar a ética ambiental, e oito anos depois, Rachel Carson, lançava o livro "Primavera Silenciosa", tratando dos efeitos de produtos químicos sobre o meio ambiente.

No início da década de 70, o Clube de Roma divulgou um documento que previa a escassez dos recursos naturais e pregava o "crescimento zero" para todas as nações, como forma de reduzir os impactos do desenvolvimento sobre o meio ambiente.

Contudo, foi na década de 90, com a realização da reunião Rio-92, que as questões ambientais assumiram um papel de grande destaque na esfera das preocupações mundiais, tornando-se mais discutidas nos âmbitos político, social e econômico.

A discussão acerca da questão ambiental então adquire novos contornos quando observado que a crise ecológica que se coloca está relacionada a uma determinada idéia de meio ambiente e a um estilo específico de desenvolvimento, que segundo muitos estudiosos tem se mostrado um projeto internacionalizado predatório e injusto.

Diante disso, a problemática ambiental requer um repensar sobre a forma como está estruturada e como funciona a sociedade contemporânea: o modo

como é gerida a natureza, o modelo de produção e de consumo, os meios de produção e a técnica aplicada.

1.1 – Perspectivas do conceito de natureza

O desafio de entender a problemática ambiental na atualidade se dá, como já dito, à medida que se propõe avançar nos debates da relação sociedade-natureza, compreendendo o modo de a sociedade pensar, interagir e produzir a natureza, isto é, a visão de natureza que a humanidade tem construído historicamente.

Essa questão, segundo Blanco (2003), possui um caráter eminentemente filosófico, pois remete o homem ao que ele pôde pensar de mais originário, a partir de sua própria existência no mundo. Assim, a investigação acerca da idéia de natureza confunde-se e incorpora-se ao surgimento e desenvolvimento das mais antigas civilizações.

Tais imagens e representações delineiam percepções do mundo e contribuem para consolidação dos suportes filosóficos e materiais circunscritos a uma determinada cultura, identificada nos seus valores exercidos na vida cotidiana. Desse modo, é um certo homem, sob uma certa cultura, que gera um certo conceito de natureza, o que na prática é a própria relação do homem com o resto da natureza.

Acredita-se que a ciência se constrói como instrumento revelador da natureza, cabendo-lhe portanto uma busca incessante da verdade. Mesmo sob este ponto de vista, a natureza não se reduz a um corpo passivo, silencioso, vazio

de sentido, pois seriam as vestes da cultura que a tornariam inteligível. É o que os encaminhamentos mais recentes do debate ambiental apontam: a ciência pode dialogar com a natureza, porque a cultura é que lhe dá voz. A ciência então elabora imagens materiais, como mecanismos de sua representação, a fim de legitimar sua "força mítica" frente aos "segredos" guardados pela natureza.

Por outro lado, Albuquerque Navarro; Cardoso; Lima e Silva; (2003) assinalam que a ciência não caiu do céu, nem é um fenômeno absoluto da Razão (universal e impessoal). Trata-se de uma realização de homens que estão vinculados a um contexto cultural que forma, organiza, difunde e legitima certas formas de racionalidade baseadas em conhecimentos anteriores, cuja dinâmica e transformações de mais impacto se dão mais em virtude das "revoluções filosóficas" amparadas pelos movimentos de transformações políticas, econômicas e sociais, do que pelo "triunfo" do intelecto humano como característica primordial das "revoluções científicas".

Daí defende-se que a intervenção da ciência sobre a natureza deve partir da consciência de que o conhecimento da vida não está demarcado pelo começo da existência humana. "A fronteira que separa o homo dos outros seres vivos não é natural: é uma fronteira cultural, que não anula a vida, mas a transforma e lhe permite novos desenvolvimentos". (MORIN, 1980, APUD ALBUQUERQUE NAVARRO; CARDOSO; LIMA E SILVA; 2003).

Na perspectiva que indica as relações entre ciência, natureza e sociedade, é importante destacar que quando se fala de natureza está se falando imediatamente de sociedade: em toda idéia formulada para se definir a natureza,

podem estar contidos elementos capazes de permitir a sócio-análise da cultura proveniente. Em outras palavras, “a natureza está no homem e o homem está na natureza, porque o homem é produto da história natural e a natureza é condição concreta, então, da existencialidade humana”. (MOREIRA, 1985, APUD OLIVEIRA, 2002).

Assim, a idéia de natureza emerge do tipo de relação e/ou identificação que se tem com ela. O que se percebe de fato é que trata-se de uma visão socialmente, historicamente e geograficamente constituída.

Toda sociedade, cada cultura, institui uma determinada idéia do que seja natureza. Embora, em muitas outras concepções, defina-se natureza por aquilo que se opõe à cultura - quando a cultura é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza.

As relações sociais é que historicamente conduziram a esta separação entre o “mundo natural” e o “mundo social”; de modo que a natureza fosse reconhecida como alteridade, distinta da dos homens.

Conforme apontam Albuquerque Navarro; Cardoso; Lima e Silva (2003), interpretações acerca do que se chama “natureza” nascem e são transmitidas em contextos culturais e sociais específicos. Essas linguagens traduzem um universo simbólico de valores e sintetizam um pensamento, uma mentalidade cristalizada em determinada época.

Da revolução neolítica - com o domínio da técnica da irrigação, o desenvolvimento da agricultura e a conseqüente "domesticação" da natureza – resultou a formação das antigas civilizações. Desde então, a busca do

entendimento acerca da Terra e do Universo são premissas que norteiam e acompanham dos antigos filósofos gregos até a ciência moderna.

Os primitivos dotavam a natureza de vontade, imprimindo-lhe um caráter moral que despertava temor como também a sensação de proteção no homem. A tradução simbólica da natureza, transmitida através das mitologias, fez parte do imaginário que poderia ser desvendado pelo conhecimento. O pensamento mítico dos retóricos então cedia lugar ao pensamento daqueles conhecidos por filósofos pré-socráticos. Mas essa passagem não ocorre definitiva e abruptamente, ela se dá numa esfera de tensão mútua.

Na antiga Grécia, a natureza era pensada por estes filósofos da *physis*, como sendo o princípio que representava o devir do mundo orgânico e inorgânico, integrando num único movimento criador, tudo o que existia no universo. Esse pensamento holístico, no entanto, passa a ser visto com desprezo por não ser considerado científico.

1.1.1. – O discurso da natureza compartimentada

Para a compreensão analítica e sistematizada do mundo natural, estabeleceu-se a dicotomia entre sujeito e objeto, fazendo com que a natureza fosse, a partir de então, considerada como o “outro” que subsiste fora do homem, isto é, a natureza passa a ser tudo o que não é o homem; o oposto de civilização, cultura, técnica ou arte; enfim, aquilo que deve ser estudado, catalogado, entendido e sistematizado.(BLANCO, 2003).

Isto se expressou mais acentuadamente, conforme destaca Oliveira (2002), com o avanço do Cristianismo no Ocidente, quando os deuses já não faziam parte do mundo natural como na concepção dos pré-socráticos. A doutrina judaico-cristã assimilou a visão aristotélico-platônica; segundo a qual Deus era o ser supremo; o homem, sua imagem e semelhança; e onde a imperfeição do mundo material opunha-se à perfeição da idéia; daí a cisão entre espírito e matéria.

Na realidade, os sinais que demarcaram a separação entre o racional e o sagrado consolidaram-se nas pesquisas e descobertas sobre as macro-estruturas do universo. Especialmente os estudos de Kepler sobre a forma elíptica dos astros firmaram a idéia da ausência da perfeição divina que caracterizava o pensamento vigente da "criação divina" para explicar o universo e tudo que nele existe. A partir de então, a busca pela precisão técnica para ajustar e confirmar as novas proposições sobre a organização cosmológica do mundo tornou-se imperativo na legitimação dos processos de percepção científica dos fenômenos da natureza.

À medida que foi-se atribuindo à natureza uma ordem objetiva, regulada por princípios e leis naturais, desenvolvia-se a base conceitual para o estabelecimento de diversas áreas do conhecimento.

Lançadas as bases científicas para a intervenção técnica sobre os processos naturais – por meio das descobertas do século XVI, inaugurou-se a visão de mundo alicerçada na modernidade. Estes contornos sócio-econômicos influenciaram não somente a produção de conhecimentos científicos do período,

como acionou um novo tipo de saber, matriz de todo o pensamento moderno até o século XX.

A partir de métodos formulados por Bacon, Galileu, Newton e Descartes, essa revolução científica moderna engendrou uma ruptura epistemológica na história do pensamento humano - que resultou na dessacralização da natureza, no desligamento entre a ciência e as concepções teológicas do mundo medieval – e assim se fez considerando a capacidade racional do ser humano, através da qual se poderia sistematicamente adquirir e acumular conhecimentos por diversos meios da investigação da natureza.

A nova concepção filosófica derrubou a visão aristotélica de natureza orgânica (em detrimento da construção de uma visão mecânica, por Galileu e Descartes) e substituiu o método de demonstração e raciocínio pelo método científico matemático experimental. A idéia de que através da razão fosse possível buscar a verdade dos fenômenos naturais aos poucos instituiu o homem como senhor do mundo, que poderia conhecer e transformar a natureza. Este pensamento, embora tenha mostrado-se inadequado nos séculos seguintes, ficou enraizado na cultura ocidental desde este período até os tempos atuais.

Com efeito, a filosofia cartesiana impulsionou o crescimento da burguesia mercantil: tendo sido a natureza dessacralizada, foi possível explorá-la de um modo muito mais agressivo, pois se tratava de algo não mais habitado por deuses.

O homem do Renascimento estava francamente dividido entre Deus e a razão, colocando dúvidas relativas ao plano de respostas que poderiam estar ao alcance do postulado da Física enquanto

ciência capaz de decodificar a natureza do mundo, a partir de teorias apoiadas no instrumental técnico como recurso demonstrativo e probatório. (ALBUQUERQUE NAVARRO; CARDOSO; LIMA E SILVA; 2003).

Tal ideologia, ligada à narrativa construída em torno das possibilidades de investigação da natureza como domínio privilegiado e quase exclusivo da ciência; bem como a nova linha de percepção do universo e de seus fenômenos se fortalecia e abria novas alternativas de demonstração padronizada voltadas para os métodos baseados na experimentação.

A idéia de um mundo uniformizado, regido pelas leis da Física Mecânica, permite o avanço de observações e definições padronizadas dos fenômenos ocorridos no universo, tal como a gravidade, proposta enquanto Lei da Mecânica, por Isaac Newton. Tal procedimento contribui para a construção de uma percepção de mundo cujos movimentos reguladores de sua ordem eram baseados na razão matemática, visualizando-o como máquina, substituindo a vontade voluntariosa e misteriosa dada por Deus. (ALBUQUERQUE NAVARRO; CARDOSO; LIMA E SILVA; 2003).

Para resolver essa dicotomia entre o racional e o divino, Descartes também propôs a distinção entre o mundo objeto manipulado (*res extensa*) e o mundo subjetivo e pensante (*res cogito*), separando o sujeito (homem) em oposição ao objeto (natureza), para sugerir que os fenômenos humanos estão fora do âmbito da natureza, pois a idéia de homem é correlata ao conceito de espírito onde reside o mundo subjetivo do pensamento. A *res cogito* representaria a substância primeira do ser, o que instituiu “a supremacia do homem em relação ao mundo físico e a todos os seres que não possuíam a ratio (a razão)”. (BLANCO, 2003).

Atribuía-se ao conhecimento um caráter pragmático e este conhecimento via a natureza como um recurso, concebida como algo de fato exterior à

sociedade humana, com a qual estabelecia uma relação mecânica, isto é, o homem exercia seu domínio sobre a natureza através das técnicas.

No século XVIII, o movimento filosófico iluminista se encarregou de apagar definitivamente do período renascentista todos os traços religiosos medievais restantes. A natureza era compreendida como algo palpável; e o mundo, a partir do real, do concreto e não mais de dogmas religiosos.

Outras raízes históricas do dualismo conceitual homem-natureza remontam a Kant. Seu pensamento abarcava uma natureza dita exterior; entendida como primitiva; ambiente social e físico no qual os seres humanos viviam; matéria-prima da qual a sociedade é construída; o reino dos objetos e dos processos que existem fora da sociedade; enfim, os elementos internalizados no processo de produção social.

Com Adam Smith, a natureza deixou de ser o elemento central da Teoria Econômica, pois passou a ser vista como obstáculo ao desenvolvimento econômico. A teoria de formação do valor, que outrora concebia a natureza como fonte de valor e a agricultura como meio de produção, passou a negar a prioridade do trabalho agrícola e também da natureza exterior.

Contando com o auxílio da Revolução Industrial, o pragmatismo triunfou. Daí em diante, a filosofia da natureza perde lugar para a ciência da natureza, disciplina voltada à compreensão dos fenômenos naturais, por meio de sistemas organizados, métodos e doutrinas.

A partir de Darwin, as mesmas bases científicas em que eram tratados os eventos químicos ou físicos passaram a atender determinados fenômenos sociais. O surgimento da Teoria Quântica e a refutação da Teoria Newtoniana por Einstein inauguraram o debate a respeito de o espaço e o tempo - ou a matéria - serem os elementos básicos dos eventos físicos. De acordo com essa visão, a natureza é composta de matéria e, portanto, possui uma essência material. (Oliveira, 2002).

No âmbito da reorganização do conhecimento, o estudo e a reflexão da natureza couberam à ciência e à reflexão sobre o homem coube à Filosofia; ao homem, o *status* de sujeito pensante e ao mundo natural, o *status* de objeto de conhecimento, manipulável e controlado pela razão científica.

As oposições homem-natureza, espírito-matéria, sujeito-objeto passam a fazer parte do pensamento moderno e contemporâneo. Prevaleceu a idéia de natureza como objeto a ser possuído e dominado.

Aos olhos da Ciência a natureza foi subdividida em física, química, biologia, e o homem em economia, antropologia, história etc. Nesse contexto, qualquer tentativa de pensar o homem e a natureza orgânica e integradamente se tornou falha, pois a separação não se efetuava apenas no nível do pensamento, mas também da 'realidade objetiva' construída pelo homem. A divisão social e técnica do trabalho contribuiu para que houvesse o processo de fragmentação e dicotomização do fazer e do pensar da sociedade capitalista industrial. (OLIVEIRA, 2002).

Desta forma, cabe acrescentar que as modificações nas formas de apropriação dos recursos e nos modos de relacionamento com o ambiente natural original estiveram vinculados ao processo de produção capitalista.

1.1.2 - Produção da natureza versus produção do capital

A forma como a natureza tem sido produzida, em sua fundamentação filosófica, evidencia a discussão sobre o desenvolvimento do capitalismo. A separação legada entre sociedade e natureza é sobretudo um desafio imposto pelo próprio capital.

Se a “natureza é corpo inorgânico do homem”, ou seja, homem e natureza são na verdade uma coisa só, quando um homem explora outro homem, está explorando uma parte da natureza e isso se dá em nome da acumulação capitalista. No entanto, a teoria de Marx estabelece que “há uma mediatização da sociedade com a natureza, e que a força motivadora dessa interação é o processo de trabalho”. (OLIVEIRA, 2002).

O pensamento marxista demonstrou que a natureza e suas leis subsistem independentemente de consciência e desejos humanos, e tais leis só podem ser formuladas com a ajuda de categorias sociais: a natureza é dialética, e esta dialética se dá em função exatamente da interação homem- natureza:

Embora no princípio da humanidade, havia uma unicidade orgânica entre o homem e a natureza, onde o ritmo de trabalho e da vida dos homens associava-se ao ritmo da natureza; no contexto do modo de produção capitalista, este vínculo é rompido, pois a natureza, antes um meio de subsistência do homem, passa a integrar o conjunto dos meios de produção do qual o capital se beneficia.

A perda da identidade orgânica do homem com a natureza se daria, deste modo, a partir do capital, que gera a contradição e que, na contradição, gera a perda da identificação do homem com o mundo natural e, conseqüentemente, a degradação ambiental. O processo social de produção, cuja referência está na produção de valores de uso, submete a força de trabalho e os meios de produção aos seus desígnios, impulsionando a utilização irracional dos recursos naturais, o desperdício de matérias-primas, de energia e de trabalho.

Através do trabalho, o homem se apropria e transforma os recursos; ocorrendo aí o processo de socialização da natureza. O trabalho torna-se então, o mediador universal desta relação; processo onde o homem realiza, regula e controla, por meio da ação, um intercâmbio de materiais com a natureza. Partindo desse pressuposto, a separação do homem de suas condições naturais de existência não é "natural", mas histórica, tendo em vista que a prática humana encontra-se vinculada à sua história.

Segundo Casseti (1991, APUD OLIVEIRA, 2002), a relação homem-meio apresenta-se como contradição capital-trabalho, já que os homens se relacionam com a natureza para transformá-la em produtos e o trabalho é esse processo de produção/reprodução de mercadorias.

O acesso aos recursos existentes na natureza, no capitalismo, passa por relações mercantis, tendo em vista que sua apropriação pelo capital implica a eliminação da "gratuidade natural". Portanto, a incorporação da natureza e do próprio homem ao circuito produtivo é a base de expansão do capital. O capital impõe que o ritmo do homem seja seu próprio ritmo de produção/reprodução.

Para Moreira (1985), quanto mais aumenta a produtividade do trabalho e, assim, a elevação da taxa de exploração do trabalho e da natureza, mais se amplia a base de alienação do trabalho e da própria natureza.

A alienação do trabalho reproduz-se a todas as instâncias da sociedade capitalista: aliena-se o homem da natureza, dos produtos, do saber, do poder e dos próprios homens. Se o poder sobre os homens nas 'sociedades naturais' passa pelo controle da terra, sob o capital o poder passa pela alienação do trabalho. (MOREIRA, 1985).

Na atividade produtiva própria do capitalismo, prevalece a fragmentação e a atomização do trabalhador, "coisificando" o homem e suas relações. Dessa forma, não se realiza adequadamente a interação sociedade-natureza.

Sob outra perspectiva, a visão que exclui a humanidade da natureza se coloca como imperativo do ponto de vista moral, porque:

(...) somente os humanos são, no atual estágio evolutivo, entes capazes de refletir sobre o mundo e sobre si, inclusive sobre os valores que orientam (ou deveriam orientar) o agir eticamente correto numa situação determinada. (SILVA & SCHRAMN, 1997).

O que se observa é que o entendimento da natureza e do seu funcionamento implica sempre um conhecimento da intervenção humana, de caráter social, econômico, moral, enfim, histórico.

Desta forma, verifica-se a inviabilidade de um retrocesso a formas superadas de concepção e gestão da natureza. Pelo contrário, a crise ambiental impõe a necessidade de construção de um novo paradigma, que leve em conta tudo que o que já foi vivido até aqui, as necessidades do presente e as possibilidades pro futuro.

1.2. Significação de meio ambiente

À compreensão adequada do pensamento ambiental e suas correntes, antecipa-se o entendimento acerca da definição de “meio ambiente”.

O conceito de meio ambiente é capaz de englobar observações subjetivas, além de um conjunto de conhecimentos e interpretações minuciosas em seus diversos aspectos. Numa abordagem panorâmica, trata-se de um espaço *determinado* no tempo, *percebido* – pois cada pessoa o delimita em função de representações, conhecimentos e experiências próprias, *dinâmico* e *interativo* – em função de sua constante mutação; onde os elementos naturais e sociais mantêm relações que implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído. (REIGOTA, 1997).

Em 1909, o termo *umwelt* (meio ambiente, em alemão) foi utilizado pela primeira vez pelo biólogo e pioneiro da ecologia do Báltico, Jakob Von Uexküll. Segundo Valenti, a definição provém da tradução do francês *milieu ambiente*, utilizado inicialmente por naturalistas e geógrafos. *Milieu* (ou meio) designa o lugar onde está ou onde se movimenta um ser vivo qualquer e *ambiente* (ou *ambiente*) refere-se ao que rodeia o ser. (ARAÚJO JUNIOR, 2002).

A Lei 6.938/81 definia meio-ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. (FEEMA, 1997). Isto envolveria, portanto, todas as formas de vida, assim como os genes contidos em cada indivíduo, bem

como as inter-relações dentro dos ecossistemas, pelas quais a existência de uma espécie afeta diretamente as outras.

Mais além do escopo limitado que abrange apenas os comportamentos naturais; outras concepções atualmente consideram o meio ambiente um sistema no qual também interagem fatores de ordem social, política, econômica e cultural “susceptíveis de terem um efeito direto ou indireto, imediato ou o termo, sobre os seres vivos e as atividades humanas”. (POUTREL & WASSERMAN, 1977, APUD AMBIENTE BRASIL, 2007).

Há ainda a concepção, admitida pelo Banco Mundial, em 1978, de que meio ambiente refere-se à “soma das condições externas e influência que afetam a vida, o desenvolvimento e, em última análise, a sobrevivência de um organismo”. (AMBIENTE BRASIL, 2007). Agrega-se então ao conceito as forças que envolvem ou modificam o complexo de costumes, leis, organização política e econômica, etc que influenciam a vida de um indivíduo ou de uma comunidade.

No Glossário do IBAMA (2003), a definição aponta para “tudo aquilo que cerca ou envolve os seres vivos e as coisas, incluindo o meio social-cultural e sua relação com os modelos de desenvolvimento adotados pelo homem”.

Embora as significações existentes apresentem caráter difuso e variado, compreende-se que há uma divergência básica entre o conceito de meio ambiente e o conceito de natureza: o primeiro abre possibilidades para influências externas ao tempo em que também considera os aspectos sócio-culturais envolvidos. (BRANDÃO, 2007).

Segundo Ramos, o debate sócio-ambiental carrega em seu bojo questões de poder. Deste modo, seria inviável reduzir o conceito à sua dimensão “natural”,

porque considerando as relações técnicas e sociais entre o homem e o seu entorno, o meio ambiente passa a ser percebido como espaço de ações políticas e ideológicas.

A “biologização” da questão ambiental se dá porque a visão de meio ambiente associada apenas ao “mundo natural” ainda é uma herança muito forte, que reproduz o dualismo homem-natureza.

Como consequência disso é comum encontrarmos na divulgação de assuntos sobre meio ambiente um tom biologizado da crise ambiental, passando muitas vezes uma visão sacralizada da natureza, o que vai lentamente sugerindo a transferência de uma discussão política da questão para projetos societários pessoais, onde o homem, um sujeito generalizado, deve mudar sua postura em relação ao meio ambiente. Em outras palavras, não se reconhece as contradições sociais que provocam diferentes formas de acesso à natureza (...). (BRANDÃO, 2007:23).

O que se conclui é que para entender o meio ambiente é preciso considerar integradamente os “como” e os “porquês” da ação humana que nele incide (economia, política, educação, etc), já que os desafios da problemática ambiental na contemporaneidade são apenas reflexos do atual estágio de desenvolvimento das relações humanas.

Por trás de nossos problemas ambientais, não está apenas a ação de poluidores, o desmantelamento dos órgãos públicos de controle ambiental, ou a falta de consciência ambiental, mas também um tipo de atitude e valores, que julga natural explorar ao meio ambiente e aos nossos semelhantes para atingir um modelo de desenvolvimento que, por si só, gera agressões ambientais e problemas sociais.¹

Portanto, meio ambiente é um tema que não deveria ser tratado sem tocar a estrutura de poder; com base em uma reorganização geral da economia e do

¹ Entrevista de Vilmar Berna, concedida à Revista Cooperador Paulino. Disponível em <<http://www.jornaldomeioambiente.com.br/JMA-historico.asp>>.

poder político, buscando engajar a luta ambiental não apenas numa proposta mais harmônica e menos predatória de relação da espécie humana com as outras, mas também contra a exposição de um indivíduo ao outro dentro da própria espécie humana.

O que podemos perceber é que a destruição da natureza não resulta da forma como nossa espécie se relaciona com ela, mas da maneira como se relaciona consigo mesma. Ao desmatar, queimar, poluir, utilizar ou desperdiçar recursos naturais ou energéticos, cada ser humano está reproduzindo o que aprendeu ao longo da história e cultura de seu povo, portanto, este não é um ato isolado de um ou outro indivíduo, mas reflete as relações sociais e tecnológicas de sua sociedade. [...] Somos explorados, aprendemos a explorar. (GARCIA, 2002, p. 70-71).

A associação da temática ambiental exclusivamente à defesa do verde supõe que a espécie humana não faz parte da natureza, isto é, resulta da dicotomia homem-natureza. No entanto, as lutas por melhores condições de vida são também lutas sócio-ambientais e se os ambientes vivem inter-relacionados, nenhuma causa deve ser considerada “secundária”.

1.2.1. – Bases ideológicas do pensamento ambiental

No que diz respeito às relações e conceitos que a questão ambiental internaliza, estes estão sempre, como visto, associados a visões de mundo e sujeitos às necessidades da condição humana.

No entanto, a divergência fundamental homem-natureza não se constituiu forma única de compreender o meio ambiente. A exploração predatória sempre foi questionada por alguns grupos e, no início do século XIX, esse posicionamento se

configurou na absorção de uma perspectiva de valorização da natureza por parte dos movimentos sociais, então reivindicadores de um novo padrão de comportamento em relação ao “mundo natural”.

Essas linhas de pensamento foram sintetizadas nas propostas de Gifford Pinchot - o conservacionismo e John Muir - o preservacionismo, idéias precursoras do que hoje se chama corrente antropocêntrica e corrente biocêntrica, respectivamente. (Diegues, 1994).

O conservacionismo apregoava o uso racional dos recursos naturais, de modo a assegurar o maior bem para o benefício da maioria - em contraposição ao desenvolvimento a todo custo. Ainda assim, esse enfoque mantinha impregnado a ideologia do progresso porque pensava a relação sociedade-natureza sob a concepção utilitarista; isto é, de conservação e uso dos recursos naturais com interesse em garantir a continuidade do crescimento econômico. Uma abordagem sobretudo **antropocêntrica**: “Conservar para viabilizar o desenvolvimento” - estas seriam, inclusive, as raízes históricas da proposta de Desenvolvimento Sustentável.

Já a essência do pensamento preservacionista está, segundo Diegues (1994:25), na “reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem”, com a pretensão de protegê-la do desenvolvimento moderno, industrial e urbano. Essas idéias abraçavam um organicismo que reconhecia a natureza como parte de uma comunidade à qual o homem pertencia de modo interdependente, e que, por isso mesmo, não poderia ter direitos superiores sobre ela.

Tratava-se, portanto, de um visão **biocêntrica**, pois reconhecia a natureza enquanto possuidora de valor em si mesma, independente de sua utilidade para os homens, e considerava que a única forma de proteger a natureza era separá-la do homem (o que sugeria qualquer intervenção humana no ambiente natural como intrinsecamente negativa) - abrindo o caminho para a ressacralização da natureza. (Diegues, 1994).

A concepção preservacionista se tornou fonte importante do ambientalismo e da ética ambiental, ao tempo em que deu origem, como visto, à corrente biocêntrica, a qual se subdividiu ao longo do século XX e marcou o surgimento de um novo ecologismo.

1.2.2 – Escolas atuais do movimento ecológico

A palavra ecologia, foi criada em 1866, pelo biólogo alemão Ernest Haeckel: para definir a totalidade da ciência das relações do organismo com o meio ambiente, compreendendo no sentido lato, todas as condições de existência”. (GARCIA, 2002, p. 28). Ecologia comportaria interação e diálogo de todas as coisas existentes (viventes ou não) entre si e com tudo o que existe – real ou potencialmente; mas principalmente com a sociedade e a cultura. Assim, trata-se do estudo que se faz acerca das condições e relações que formam o habitat do conjunto e de cada um dos seres da natureza.

O “ecologismo” surgiu, no século passado, como movimento político que apontava para a crise ecológica não como derivada de “defeitos setoriais e ocasionais do sistema dominante mas [...] consequência direta de um modelo de

civilização insustentável do ponto de vista ecológico”. (LAGO & PÁDUA, 1985, APUD SILVA & SCHRAMN, 1997). Este movimento partia de uma crítica da sociedade tecnológica-industrial para propor uma nova relação homem/natureza orientada por uma “visão ecologizada de mundo”, embora coexistisse a antiga posição de preservação da natureza, com a criação de áreas protegidas e sociedades de proteção.

Nesse contexto, dentro da perspectiva da corrente biocêntrica, estabeleceram-se algumas tendências ideológicas, a exemplo do ecoanarquismo, o ecocomunitarismo e a ecologia profunda, esta última considerada o enfoque mais predominante.

O termo ecologia profunda, cunhado por Arne Naess, em 1972, pretendia de ir além do simples nível da ecologia como ciência para um nível mais profundo de consciência ecológica. Esse pensamento adere aos princípios dos direitos intrínsecos da natureza sob grande influência espiritualista, aproximando-se freqüentemente de uma quase adoração do mundo natural, com ênfase na importância dos princípios éticos que devem reger as relações homem/natureza. (Diegues, 2004).

Os ecologistas ditos profundos acreditam na não-externalidade entre homem e natureza, criticando o papel do homem-sujeito frente à natureza-objeto. construído na Modernidade. Sofrem, entretanto, duras críticas dos adeptos da Ecologia Social – setor derivado da corrente antropocêntrica descrito adiante – por ignorar o fato de que os problemas ambientais, como já visto, têm raízes na questão sócio-cultural e pela contradição que se impõe ao defender que a

natureza é uma entidade que não deve sofrer interferência humana, mas ao mesmo tempo eleger o homem como responsável pela sua manutenção.

É considerado por muitos estudiosos um movimento que não leva em conta a questão básica da sociedade em que o homem deve dominar a natureza; porque procuraria facilitar essa dominação com o desenvolvimento de técnicas para diminuir os males causados por essa dominação, enquanto a questão da dominação em si não seria questionada.

Por outro lado, operando na dicotomia homem-natureza, a corrente antropocêntrica, para a qual o homem tem direitos de controle e posse sobre a natureza, através da ciência moderna e da tecnologia, também adquiriu conotações éticas em suas vertentes, a exemplo da ecologia social e ecossocialismo, que associam a degradação ambiental aos imperativos do capitalismo.

Os ecologistas sociais conferem ao homem estatuto de ser social e não de uma espécie diferenciada (como defendem os ecologistas profundos), mas tratam do equilíbrio e integridade da biosfera como um fim em si mesmo, destacando o respeito consciente que o homem deve ter pela espontaneidade do mundo natural. (DIEGUES, 2004).

Para os ecossocialistas, o mundo natural deve servir ao homem, mas com uma nova unidade celebrada entre sociedade e natureza que considere: 1- que o homem produz o meio que o cerca e é ao mesmo tempo seu produto, portanto, o fundamental não é a natureza em si, mas a relação entre esta e o homem (o que traz problema não é o fato, mas a maneira como o homem intervém na natureza); 2 – a necessidade de encontrar o estado de natureza conforme nossa situação

histórica, já que a natureza é sempre histórica e a história sempre natural; 3 – a coletividade e não o indivíduo se relaciona com a natureza. (MOSCOVICI, APUD DIEGUES, 1994).

Já na década de 90, a proteção ambiental adquire características de subproduto da racionalização de custos, garantindo, portanto, a oxigenação dos processos produtivos. (SILVA & SCHRAMN, 1997). Neste cenário, destaca-se ainda mais uma vertente da corrente antropocêntrica: o ecodesenvolvimento, obtendo respaldo nos setores políticos convencionais.

O que se observa é que o conceito de natureza é ainda o eixo da oposição moral que se redimensiona no debate ético-ambiental contemporâneo. Por outro lado, enquanto o movimento ambientalista diverge no modo de pensar a relação homem-natureza – segundo suas correntes antropocêntricas ou biocêntricas, vem relegando o debate acerca da estrutura intelectual da sociedade industrial e apenas tentando gerir os problemas ambientais neste contexto, sob uma ou outra linha de pensamento: submetendo *stricto sensu* o humano à natureza ou tentando ampliar progressivamente o campo das considerações morais a outros sujeitos (como animais e ambientes naturais). (SILVA & SCHRAMN, 1997).

1.3 – Consciência ecológica e a crise ambiental

Pode-se atestar que a biologia é hoje um dos campos científicos mais potencializados para sugerir a formulação de questionamentos sobre os seus próprios paradigmas ao produzir e oferecer novos campos de conhecimentos, decisivos para inaugurar outros olhares sobre a vida e sua mais plena

organização. É a realidade contemporânea das ciências biológicas que traz com mais força para a investigação da natureza a idéia de sistema, colocando como um dos pontos fundamentais de sua perspectiva a avaliação de que a natureza não está sujeita a um controle total.

A contribuição decisiva da visão sistêmica desencadeou o surgimento da ciência ecológica. Um panorama de relações recíprocas do homem com a natureza é o que pretende articular esta abordagem, estendendo a abrangência aos ambientes e interferências antrópicos. Os modelos ecossistêmicos possibilitaram a compreensão da inter-relação dos sistemas vivos com o ambiente, de um modo que os impactos ambientais percebidos na análise dos sistemas ecológicos colocaram em xeque o próprio papel e os rumos no uso da tecnociência.

Daí emerge a discussão sobre a questão ética na atividade científica, no momento em que o conhecimento ecológico sugere “a moralização do ecossistema ou de suas propriedades – sua valorização como bens éticos”. (SILVA & SCHRAMN, 1997).

A problemática ambiental suscita essa politização das questões incorporadas a partir dos conceitos e representações da ecologia. Sendo a ecologia, como já dito, a ciência que estuda as interações dos seres vivos com seu entorno, mostra-se necessário apropriar-se dos conhecimentos nela dispostos.

Qualquer que seja o problema ambiental a ser abordado, diz respeito também à estrutura e ao funcionamento da natureza (seja o ambiente natural ou antropizado) e a natureza é regida por princípios [...] da ecologia: a distribuição e a abundância de diferentes tipos de organismos sobre a face da Terra,

características físicas e químicas, mas especialmente características e interações biológicas que determinam esta distribuição e esta abundância. São os conhecimentos ecológicos que representam o referencial teórico para dar este suporte. (SÁ, 2003).

Caberia então ao ecólogo (indivíduo graduado em alguma área da ciência ecológica) propor leis de estruturação e de funcionamento das comunidades de organismos em relação ao seu meio ambiente. Vale ressaltar que o saber deste especialista distingue-se daquele do ecologista (defensor da causa ecológica).

É a base ecológica também um dos pilares da proposta de Desenvolvimento Sustentável – discutida adiante, sugerindo a construção de uma ordem que possibilite orientar os rumos da tecnociência e da política em nível mundial, ao tempo em que preza pela conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais. De acordo com a Estratégia Mundial para a Conservação – UICN (UICN, 1980, APUD MONTENEGRO, 2005), algumas condições básicas para essa conservação prevêm: 1 – a manutenção dos processos ecológicos fundamentais dos quais depende a sobrevivência humana, tais como a fotossíntese, os ciclos hidrológicos e a reciclagem dos nutrientes; 2 – preservação das diversidades genéticas e biológicas; 3 – utilização sustentada das espécies e dos ecossistemas, definindo a capacidade de sustentação ou carga dos vários ecossistemas naturais utilizados pela sociedade, para dar continuidade aos processos e funções ecológicas.

1.4 – A polêmica do Desenvolvimento Sustentável

O debate enfatizado até aqui mostra que a crise ambiental não se encontra desvinculada do processo sócio-econômico e, ao tomar níveis globais, vem expressando a contradição que se estabeleceu entre os modelos de desenvolvimento adotados pelo homem, marcadamente a partir do século XVIII, e a sustentação deste desenvolvimento pela natureza. Portanto, a crise ambiental está profundamente associada à crise do modelo de desenvolvimento.

Ao longo do tempo, as teorias do desenvolvimento sempre se basearam em algum tipo de “eficiência” para explicar como uma economia se desenvolve. Com Adam Smith, no século XIX, seria a eficiência *alocadora* do mercado o motor do desenvolvimento econômico. Para Schumpeter, a eficiência *inovadora*; e depois Keynes, que pregava o *pleno emprego* de todos os meios de produção. Até então, todas as explicações estavam voltadas basicamente para os assuntos econômicos. (N. BRANDÃO, 2006).

Na década de 50, grandes nomes da Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL, a exemplo de teóricos como Raul Prebisch e Celso Furtado, elegeram a eficiência social como um componente crucial do desenvolvimento.

No final do século XX, Ignacy Sachs e Amartya Sen surgiram com novas contribuições, complementando ainda mais o conceito de desenvolvimento: Sachs (2004) acrescentaria a *ecoeficiência* e Sen (1999), por sua vez, em seu livro *Sobre Ética e Economia*, lembrava a problemática da motivação humana, interligando-a numa avaliação das conquistas sociais.

Para Sen (2000), desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdades que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer de forma ponderada sua condição de agente. Assim, a expansão da liberdade é vista

como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento, de modo que se removam as grandes fontes de privação, destituições e opressões existentes: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistêmica, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos.

Estas e outras concepções ampliavam o conceito de desenvolvimento, produzindo conseqüências de alcance superior àquela do economicismo clássico. Deste modo, o crescimento ainda que acelerado não significava desenvolvimento se não diminuísse a pobreza e não atenuasse as desigualdades, princípio que serviria tanto para as economias nacionais quanto para as internacionais.

Neste sentido, pode-se dizer que uma sociedade se desenvolve quando passa a viver melhor. Este seria, portanto, o indicador mais importante do desenvolvimento: diz respeito a uma melhoria na vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão amanhã (desenvolvimento sustentável).

Conforme Furtado (1996), o *crescimento econômico* vem se fundando na continuidade dos privilégios das elites, sob a forma de satisfação de seus desejos de modernização; já o *desenvolvimento*, se caracteriza pelo projeto social subjacente: quando além de dispor de recursos para investir, é priorizada a efetiva melhoria das condições de vida da população, o crescimento se transmuta em desenvolvimento.

Partindo deste pressuposto, os objetivos do desenvolvimento estão além da simples multiplicação da riqueza material, do crescimento econômico na sua forma reducionista. Segundo Sachs (2004), o crescimento é condição necessária,

mas não suficiente para garantir o desenvolvimento, muito menos um objetivo em si mesmo.

Augusto de Franco, um dos maiores estudiosos da pobreza brasileira, defende que não há como superar pobreza sem distribuir a renda, e não há como distribuir a renda se outros fatores do desenvolvimento não forem igualmente distribuídos. Esses fatores do desenvolvimento num sentido amplo seriam, além da renda, o investimento em capital humano (conhecimento), em capital social (o poder ou empoderamento) e a democratização da riqueza ou capital empresarial. Para o autor, é preciso investir na desconcentração da riqueza, na facilitação do acesso à propriedade produtiva e no incremento do empreendedorismo. (N. BRANDÃO, 2006).

Têm sido numerosas as políticas adotadas para o enfrentamento da pobreza, mas quase todas reconhecem a necessidade de um programa de desenvolvimento local, em abordagens centradas na comunidade e que permitam uma participação mais democrática.

É dentro desta linha de raciocínio que se concentra a proposta de Desenvolvimento Sustentável. Diante da existência de diversos conceitos para defini-lo, cabe pontuar que não é objetivo deste trabalho expor cada um deles, mas dar uma visão geral das questões que permeiam esse debate.

Desenvolvimento sustentável, em sua concepção original, surgiu como uma faceta crucial do processo de desenvolvimento como um todo, que não poderia prescindir de abranger a questão da sustentabilidade ambiental.

Tal idéia começou a ser formada ainda na década de 70, tendo como marco a Conferência de Estocolmo. Tratava-se da primeira reunião oficial a contemplar as questões ambientais no âmbito mundial. Organizada pela ONU, a

conferência reuniu 113 países e 250 organizações não-governamentais com o objetivo de fazer um balanço dos problemas ambientais em todo o mundo; discutir soluções e novas políticas governamentais no sentido de reduzir o grande número de problemas causados pelo desenvolvimento das sociedades; e debater o caráter global dessas “perturbações” de origem humana. (Vecchiatti, 2004).

O conceito mais difundido de Desenvolvimento Sustentável foi consagrado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente – CMMA das Nações Unidas, conhecida como Comissão Brundtland, que produziu um relatório considerado básico considerando que Desenvolvimento Sustentável: *“é aquela que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”*. (IBGE, 2002).

Essa abordagem foi decisiva para se repensar as dimensões do desenvolvimento e questionar se as práticas econômicas e sociais da sociedade não estariam ameaçando a capacidade dos ambientes naturais de suportar a vida no planeta, isto é, se o modelo de desenvolvimento adotado seria sustentável ao longo do tempo.

A multidimensionalidade do conceito foi-se formando, portanto, tendo como ponto de partida o reconhecimento da crise ambiental planetária e sua relação com os impactos produzidos em decorrência do modelo urbano–industrial.

De todo modo, a reflexão acerca do alcance da crise ambiental expunha a forte contradição entre os efeitos do crescimento econômico e a crescente degradação dos recursos naturais. De fato, não era preciso muito esforço científico para se dar conta do paradoxo: de um lado, via-se o crescimento econômico e a transformação tecnológica sem precedentes, do outro, percebia-se

a dramática condição social de milhares de pessoas, além de problemas ambientais gritantes. (Vecchiatti, 2004).

Esse quadro de contrastes reforçava a assertiva de que o crescimento econômico, por si só, não representaria automaticamente desenvolvimento. Nesse ponto, Sachs (2004) reforça que o crescimento econômico, se colocado a serviço de objetivos sociais e reformulado adequadamente, de modo a minimizar os impactos ambientais negativos, continua sendo uma condição necessária para o desenvolvimento. E vai além: taxas significativas de crescimento são, na verdade, necessárias, considerando a dificuldade de se redistribuir bens e renda numa economia estagnada.

Grandes polêmicas resultaram deste dilema sobre a possibilidade ou não de conciliar crescimento econômico com a conservação ou preservação do meio ambiente.

Por um lado, existem os chamados panglossianos, são os “inveterados otimistas tecnológicos” que acreditam piamente nas inovações tecnológicas como instrumento de superação de qualquer impasse que venha a colocar em xeque a continuidade do crescimento econômico. (N. BRANDÃO, 2006).

Alguns países industrializados postulavam que a modernização dos processos produtivos seria suficiente para resolver os problemas ambientais e a solução dependeria de legislação e de técnicas de controle de poluição eficientes (estratégia que ficou conhecida como “comando-controle”).

No entanto, já se pode verificar outras abordagens que apresentam uma visão mais ampla da questão, discutindo-se, necessariamente, o modelo de desenvolvimento internacional. Assim, defende-se que embora tenha se desenvolvido um aparato científico-tecnológico capaz de resolver grande parte

dos principais problemas ecológicos, ficou também cada vez mais notável a incapacidade das formas sociais organizadas de se apropriarem desses meios. (Vecchiatti, 2004).

Há ainda os “fatalistas entrópicos” que alertam sobre o aumento descontrolado da entropia - o que forçaria, em última instância, a humanidade a apoiar a continuidade de seu desenvolvimento na retração, isto é, com o decréscimo do produto. (N. BRANDÃO, 2006).

De fato, a idéia da superação das divergências que se constatam - da compatibilização do crescimento econômico com a exploração racional dos recursos naturais, é que gestou o conceito de Desenvolvimento Sustentável, no ventre do movimento ambientalista.

1.4.1 – Panacéia ou utopia?

Pelo fato de tentar conciliar a relação contraditória entre os objetivos do crescimento econômico e a proteção ambiental, o conceito de desenvolvimento sustentável se presta a uma vasta diversidade de interpretações.

Sachs (2004) ao ver o desenvolvimento como uma questão mais ampla que apenas a sustentabilidade ambiental, trata do desenvolvimento sustentável como uma alternativa desejável, e possível, para promover a inclusão social, o bem-estar econômico e a preservação dos recursos naturais.

E este é o entendimento atual do que seja *desenvolvimento sustentável*: a sustentabilidade ambiental foi confundida com questões mais amplas de equidade, governabilidade e justiça social, e isto serviu para transferir a discussão política para outras instâncias. A ampliação desse conteúdo ganhou sua maior

expressão nas definições do documento *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), apresentado pela Comissão Brundtland, a pedido da Organização das Nações Unidas. (Vecchiatti, 2004).

Nesse documento, o conceito de desenvolvimento sustentável ultrapassou a dimensão biofísica, incorporando as dimensões políticas, econômicas, tecnológicas, sociais e culturais.

Relacionando alguns desses aspectos, Sachs (2004) descreveu aqueles que seriam os cinco pilares do desenvolvimento sustentável: 1 - Social (considerando a perspectiva de ruptura social que se expressa de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do planeta); 2 - Ambiental (considerando os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para disposição de resíduos); 3 - Territorial (considerando a distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades); 4 - Econômico (considerando a viabilidade econômica como requisito básico para que as resoluções concretizem-se); 5 - Político (considerando a governança democrática valor fundador e instrumento necessário para que tais resoluções possam se concretizar).

O que já é consenso para boa parte dessas formas de se apresentar o Desenvolvimento Sustentável é que a hipotética conciliação entre crescimento econômico moderno e a preservação do meio ambiente não é algo que possa ocorrer no curto prazo, e muito menos de forma isolada, em determinadas atividades ou em locais específicos.

Foi a partir desse tipo de concepção que surgiu a necessidade de se desenvolver metodologias e teorias que enxergassem o objeto de pesquisa de

modo mais abrangente, já que os problemas ambientais não eram pontuais e continuavam se agravando. Na tentativa de solucionar o impasse, o foco da discussão voltou-se para a gestão, sendo a qualidade do meio ambiente vista a partir de um enfoque territorial. (Vecchiatti, 2004).

A elaboração da Agenda 21, documento aprovado por mais de 180 países durante a conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente no Rio de Janeiro, no início da década de 90, contribuiu para impulsionar a criação de abordagens territoriais a partir de redes de comunicação.

Nesse cenário, sugeria-se que fossem estimulados um conjunto de fatores de desenvolvimento, ressaltando que a pobreza e a exclusão social não deveriam ser enfrentadas apenas com crescimento econômico e políticas compensatórias, mas prioritariamente com programas inovadores de investimento em capital humano e em capital social como a metodologia do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), segundo expresso na agenda 21, que envolvia: 1 - a concepção sistêmica, sobretudo a concepção dos sistemas complexos adaptativos; 2 - a existência de vários fatores do desenvolvimento, tidos como outros tipos de “capitais” e, sobretudo o conceito de capital social; 3 - a idéia de cooperação e de cooperatividade sistêmica como elementos sem os quais a competição e a competitividade sistêmica levam a crescimento sem desenvolvimento; 4 - a perspectiva de sociedade em rede; 5 - a idéia de radicalização ou democratização da democracia e a compreensão das relações intrínsecas entre desenvolvimento e política; isto é, a concepção de desenvolvimento como mudança social; 6 - a idéia de um novo padrão de relação Estado-Sociedade que leva em conta a existência e o papel estratégico, para o desenvolvimento, da nova Sociedade Civil, também chamada de Terceiro Setor.

Alguns teóricos centram sua abordagem citando o elemento “cultura” como fator de sustentabilidade. Segundo Vecchiatti (2004), o desenvolvimento deve partir do “reconhecimento dos cenários nos quais os atores sociais interagem, constroem espaços, mudam os valores e os ‘olhares’ sobre a vida em sociedade”. Trata-se de compreender a cultura como um processo de criação de significados que oferecem sentido ao modo de vida das comunidades humanas.

Pensar na cultura como fator de desenvolvimento significaria valorizar identidades individuais e coletivas e nesse ponto, diversos trabalhos desenvolvidos pela Unesco vêm ressaltando que, especialmente nos chamados “territórios periféricos” da Europa Oriental, o desenvolvimento não caminha sem uma especial ênfase ao desenvolvimento da cultura local, ou seja, é preciso reforçar a consciência dessas culturas em relação ao seu desenvolvimento. (Vecchiatti, 2004).

A ampliação do conteúdo conceitual do Desenvolvimento Sustentável, se por um lado, enriquece-o com novas dimensões que lhe ampliam o alcance prático, por outro, o expõe a interpretações e usos que provocam discursos divergentes ou mesmo opostos.

Nos formatos apresentados, o conceito de DS começou a sofrer a restrição crítica dos que percebiam vários “desvios” desses novos discursos do seu conteúdo original. Um destes estaria expresso no questionamento: “sustentabilidade de quem: do ambiente natural ou do crescimento econômico?”. (Vecchiatti, 2004).

Neste sentido, apontava-se que no processo de disputa e apropriação do discurso da sustentabilidade continuava a se impor, com muita força, a *ideologia*

do progresso e a ideologia do crescimento ilimitado, os quais permaneceriam “factíveis”, desde que promovida a conciliação entre crescimento econômico e proteção ambiental sob a égide dos mecanismos do mercado.

Estes e outros “desvios” configurariam um cenário de disputa pela apropriação do discurso “sustentável” conforme os variados interesses de classe e as diferentes visões daí decorrentes. E não ocorreria por acaso, uma vez que, considerada em sua projeção maior, a contradição entre a ideologia do crescimento e a proteção à natureza, vista do ângulo da limitação dos recursos naturais, expressaria inevitavelmente a contradição mais profunda entre a sustentabilidade e o modo capitalista de produção.

Os teóricos dessa linha lembram que tal contradição não se manifesta freqüentemente com clareza e está, inclusive, sujeita a processos de neutralização; mas defendem que é ilusório imaginar que possa ser “superada” no terreno das relações homem-natureza. Em outras palavras, acredita-se que haverá sempre espaço para que a contradição entre produção e consumo capitalistas, de um lado, e proteção natural, de outro lado, seja também intermediada por ações de racionalidade promovidas pelo próprio capital, ou ações de coerção impostas pelo instinto de sobrevivência da humanidade.

Como se pode observar, a compreensão dialética da possibilidade de atenuação do antagonismo interno dessa relação contraditória se processa enquanto dilema atual do ambientalismo como um todo - entre as alternativas extremas do *ecologismo profundo* e as que levam o ambientalismo para o terreno de sua cooptação pelo Estado ou pelo capital numa espécie de conseqüente neutralização de seu conteúdo crítico-emancipatório.

Entretanto, o ambientalismo não estaria condenado ao dilema do isolamento *versus* cooptação. O que se coloca é que, havendo apropriação da experiência histórico-política do mundo do trabalho, seria possível desenvolver estratégias eficientes para fazer do Desenvolvimento Sustentável uma luta processual.

A inversão da acelerada degradação ambiental planetária seria, assim, viabilizada através do reajuste do discurso da sustentabilidade, da *ecologização* da sociedade, do acúmulo de conquistas parciais, da construção de consensos políticos em torno da temática da proteção do ambiente natural, a fim de transformar o ambientalismo de processo reativo a processo propositivo.

Vislumbra-se, neste tipo de observação, o reconhecimento da proposta de Desenvolvimento Sustentável enquanto um caminho político. E daí inscreve-se um ponto de convergência em relação aos outros formatos anteriormente descritos de se pensar o DS: a importância das políticas públicas, como balizadoras e direcionadoras das ações governamentais, certamente capazes de impulsionar avanços significativos nessa área . (Vecchiatti, 2004).

As tendências que admitem a possibilidade de conciliação entre o crescimento econômico com as formas de desenvolvimento sustentável ao sugerir, por sua vez, que o rumo à sustentabilidade é incompatível com o jogo sem restrições das forças de mercado; ou ainda dependente de um aparato tecnológico eficiente; ou em grande parte, das ações geradas a partir de percepções individuais e culturais da sociedade também trabalham a necessidade de articulação ético-política; no caso, numa tentativa de reorientar a produção de bens materiais e imateriais.

II – CENÁRIO DA PESQUISA: COMUNICAÇÃO SOCIAL, MEIO AMBIENTE E CIDADANIA AMBIENTAL

Pensadas em termos de sustentabilidade, as políticas públicas são consideradas ferramentas viáveis de intervenção em favor do desenvolvimento, porque essa articulação ético-política geralmente se aproxima da subjetividade humana, que seria o terceiro registro ecológico sugerido por Guattari (1990), ao lado da dimensão do meio ambiente e das relações sociais.

A prática da representação civil e as questões da governabilidade ambiental supõem um componente essencial de aprendizagem e mobilização. A comunicação se estabelece como este mecanismo que articula a relação entre discurso e poder, criando sentidos e práticas hegemônicas.

A compreensão dos signos expressos nas notícias, nas reportagens e nas opiniões dos leitores aponta para a identificação de processos discursivos de controle, homogeneização e intervenção moral, social e cultural. Segundo Baudrillard (2002, p. 43):

A comunicação não é o falar, é o fazer-falar. A informação não é o saber, é o fazer- saber. O verbo “fazer” indica uma operação, não uma ação. Na publicidade, na propaganda, trata-se não de crer mas de fazer-criar. A participação não é uma forma social ativa nem espontânea; é sempre induzida por uma espécie de maquinaria ou de maquinação, é um fazer-agir.(...) Hoje até o querer é mediado por modelos da vontade, pelo fazer-querer, que são a persuasão ou a dissuasão.

É neste contexto que os meios de comunicação de massa revelam-se agentes, instrumentos e arena da disputa política na contemporaneidade - funcionam como mediadores entre os cidadãos e as instituições democráticas.

Ao lembrar que a disseminação de conhecimentos e informações ocorre em grande escala através desses meios, pode-se concluir também que são ferramentas decisivas para a ampliação e melhoria da comunicação existente entre os órgãos governamentais, os movimentos sociais e a população, a fim de estender as possibilidades do exercício cidadão.

As especificações acima dão conta do potencial midiático na influência dos debates públicos da sociedade, e configuram-se pressupostos básicos para entender a função da mídia no cenário ambiental; e mais ainda, na consolidação – de modo geral - dessa esfera própria de organização dos cidadãos (sociedade civil), que se constitui espaço de debate político e cultural.

Sobre este aspecto, Dagnino (2000) lembra que para movimentos sociais como o ecológico, a luta pelo direito a ter direitos estabelece uma conexão entre cultura e política como constitutiva de uma ação coletiva, na busca de relações mais igualitárias em todos os níveis e que colaborem na demarcação de uma visão ampliada de democracia.

Esse laço constitutivo significa que a cultura, entendida como concepção de mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas. Por outro lado, a compreensão da configuração dessas relações de poder não é possível sem o reconhecimento de seu caráter cultural ativo, na medida em que expressam, produzem e comunicam significados. (DAGNINO, 2000, p.85).

Na perspectiva ambiental, a própria Agenda 21 assinala a importância da informação para a participação efetiva da sociedade nas questões ambientais, admitindo que quanto mais acesso a sociedade tiver a informações ambientais qualificadas, maiores serão as chances para o exercício da cidadania ambiental, pelo cumprimento de seus deveres e defesa de seu direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Informação para que tenham sobre o que decidir, como e quando decidir! Assim, a democratização da informação ambiental é considerada fator essencial para o pleno desenvolvimento da cidadania ambiental.

Têm sido abundantes os estudos sobre as formas de participação popular na gestão de políticas públicas ambientais, devido à necessidade de identificar as variáveis que causam impactos sobre os resultados destas políticas. Ultimamente, a atenção está voltada para os conselhos comunitários e outras formas de atuação que se caracterizam pela “inserção institucional” e privilegiam os processos de negociação com o Estado no interior dos novos espaços trazidos pelo avanço democrático. (DAGNINO, 2002).

Estes espaços públicos não-estatais configuram-se arenas de negociação entre as instituições políticas e as demandas coletivas, à medida que interliga as funções de governo e a representação de conflitos. E porque funcionam como intermediações entre o Estado e a sociedade requerem simultaneamente mecanismos de representação e participação.

As associações da sociedade civil e outros espaços situados fora do Estado e do mercado, especialmente no caso dos movimentos sociais, democratizam os sistemas políticos por meio das mudanças nas regras de procedimento e nas formas de participação política, pela difusão de novas formas

de organização e, sobretudo, pela ampliação dos limites da política, politizando temas que até então eram considerados da esfera privada, como, por exemplo, a questão ambiental.

Em suma, tais entidades e movimentos da sociedade civil (...) podem assumir papel estratégico quando se transformam em sujeitos políticos autônomos e levantam a bandeira da ética, da cidadania, da democracia e da busca de um novo padrão de desenvolvimento que não produza exclusão social e degradação ambiental. (VIEIRA, 1999, p. 238).

Os movimentos ecológicos, em sua luta pelo direito ao meio ambiente sadio, vêm crescendo em importância no mundo contemporâneo, seja por meio de sua vertente crítica radical – a ‘ecologia profunda’, que questiona, como visto, os próprios fundamentos da civilização industrial e orientada para o crescimento econômico; seja em função da ação mais pragmática e pontual de movimentos “verdes”, que chamam a atenção para a exploração abusiva da natureza na tentativa de colocar limites aos danos causados aos ecossistemas.

De todo modo, através do debate político (que por conseguinte, se projeta no espaço midiático) as questões tornam-se públicas, possibilitando que os cidadãos exerçam a função de crítica e controle do Estado.

A influência dos meios de comunicação de massa nos espaços de governabilidade ambiental e o aprimoramento dos fatores aí ocorrentes interfere no processo de consolidação da cidadania ambiental, ao tempo em que incrementa os canais de atuação da representação civil.

Como reconhece Benevides (1994), importa garantir ao povo a informação e a consolidação institucional de canais abertos para a participação – com pluralismo e liberdade: Esse processo - crucial para a cidadania ativa e para que se transforme o quadro atual dos vícios da representação no Brasil – requer uma

discussão aprofundada sobre o papel dos meios de comunicação de massa como veículos a serviço do pluralismo de valores.

2.1 – Os meios de comunicação de massa e a construção social da realidade

Como primeiro apontamento, cabe retratar o poder que a mídia exerce sobre sua audiência, que se relaciona à sua capacidade em pautar as discussões na sociedade. Estudos na área revelam que a pauta das conversas interpessoais é sugerida pelos jornais, televisão, rádio e internet, e que esses meios conseguem hierarquizar os assuntos que devem ser pensados/falados pelos receptores.

A hipótese do agendamento – corrente de investigação sobre o efeito social que a mídia exerce através da seleção, disposição e incidência de suas notícias, a ponto de determinar sobre quais temas o público falará e como os discutirá - confirma o impacto da comunicação de massa na produção das colisões transformadoras da ordenação humana, com incidência imediata sobre a vida real das pessoas. Ao projetar os acontecimentos, esses meios estabelecem um pseudo-ambiente fabricado e montado, que realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. Assim, as pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios “repertórios” de conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu conteúdo.

Por outro lado, a força da evidência gera consensos no interior dos *mass media* e vice-versa, já que a linguagem jornalística tende a reproduzir o que é socialmente aceitável e previsível. A escolha do que é noticiável e a construção

da notícia em si implicam a utilização de enquadramentos (*frames*) para as ocorrências, o que significa dizer que os media são dotados de um código que classifica o que se pode considerar ou não digno de ser trabalhado como informação.

Esta binariedade do código impõe aos *mass media* uma selectividade que os obriga a ir conformando critérios que lhe permitam seleccionar entre o que é publicável e o que não é publicável. A necessidade de ter em conta estes elementos de selecção implica standartizar e restringir as possibilidades de realização dos *mass media*. (...) O problema da informação noticiosa assenta na selectividade do sistema dos *mass media* e não contém, pois, qualquer referência à verdade, pois o código binário verdade/falsidade nem sequer lhe é inerente: é antes próprio de um outro sistema social designado por ciência. (CORREIA, 2006, p.4)

Assim, pode-se concluir que a informação proveniente dos *media* é uma construção da realidade. O que é tido por evidente, é resultado de uma articulação, um arranjo marcado pela possibilidade de questionamentos. A garantia da “verdade” dos fatos é dada por um jornalista que ocupa um ponto de vista oculto pelos recursos lingüísticos e pela crença de que no recurso da objetividade jornalística há uma suspensão da dúvida.

Se da vasta quantidade de fatos e situações que a realidade contém, os meios selecionam só alguns, os decodificam à sua maneira, os combinam entre si, os estruturam, os recodificam formando mensagens, e as difundem, carregadas agora da ideologia, dos estilos e das intenções que os próprios meios lhes atribuem, cria-se assim uma “ilusão referencial”, segundo a qual o receptor acredita que o que lê, ouve e vê nos media é a realidade, quando não é senão uma ‘construção’ da realidade.

Embora não haja forma de evitar a reconstrução seletiva da realidade, pela simples impossibilidade de abrangê-la em sua totalidade para comunicá-la, das constatações acima emana a necessidade da chamada 'leitura crítica' dos meios de comunicação, para analisar os valores subjacentes aos discursos e comportamentos dos personagens envolvidos neste processo.

2.2 – Desafios comunicativos da governabilidade ambiental: atribuições da mídia no processo de consolidação da cidadania ambiental

As especificações do tópico anterior dão conta do potencial da mídia na articulação dos debates públicos da sociedade e configuram-se pressupostos básicos para entender sua função no cenário ambiental.

O princípio de que a democracia participativa é via política para a construção da sustentabilidade ambiental apresenta a necessidade de estimular, capacitar e garantir a mobilização dos segmentos sociais. O planejamento participativo requer ferramentas que potencializem a capacidade de comunicação e participação da sociedade na reflexão e conhecimento da realidade local e na definição das políticas públicas.

No âmbito da negociação ambiental, por exemplo, os impasses requerem tomadas de decisões políticas em um espaço comunicativo democrático. Estes espaços orientam a governabilidade ambiental. Daí a importância de não prevalecer as visões instrumentistas de atores políticos e econômicos tradicionais. Para tal, aparecem revalorizadas as estratégias comunicacionais, já que o espaço público dos debates diretos exige informação especializada para a capacitação

dos participantes, além de elementos de sedução para garantir o envolvimento e compromisso dos cidadãos.

Somando-se a estes aspectos a dimensão ética, da responsabilidade do trabalho jornalístico e das intervenções no processo, exige-se da mídia compatibilidade entre as informações científicas e as necessidades humanas para o desempenho das obrigações éticas. Segundo Lima (2001, p. 1), “a informação científica tem o objetivo não só de informar, mas de formar e colaborar com a qualidade de vida da sociedade”.

Dada a oportunidade, o desejo de compreender melhor o mundo manifesta-se. Nestes aspectos, a mídia atua como mediadora entre a ciência e a sociedade; e seu papel na divulgação ambiental instrumentaliza-se no compromisso em dispensar tratamento eficaz à informação científica, humanizando-a para difundi-la.

Humanizar la información significa traducir estadísticas, conceptos abstractos y teorías, a acciones visibles protagonizadas por individuos, frente a un problema concreto, real, que padece una determinada comunidad. El encuentro entre periodistas y científicos puede darse a través de los siguientes mecanismos: - el periodista rompe con los estereotipos para dar información fresca, de primera mano, oculta a los ojos del ciudadano común. -el científico aplica su conocimiento a casos visibles que afectan a la vida cotidiana del lector. La finalidad es producir reportajes panorámicos, de confrontación y operativos. Ofrecer alternativas de solución. El lector se verá involucrado no solo intelectualmente, sino a partir de su emoción. Porque sólo aquello que duele fascina, penetra y motiva. Así debe ser el periodismo científico ecológico. Entra por la sensibilidad y la razón del lector e induce a la acción.² (CAMPOS, In: CIESPAL, 1991, p. 313).

² Humanizar a informação significa traduzir estatísticas, conceitos abstratos e teorias a ações visíveis protagonizadas por indivíduos, diante de um problema concreto, real, do qual padece uma determinada comunidade. O encontro entre jornalistas e cientistas pode dar-se através dos seguintes mecanismos: - o jornalista rompe com os estereótipos para dar informação fresca, de primeira mão, oculta aos olhos do

A compreensão e mobilização acerca dos temas ambientais dependem da adaptação do “ecologês” às necessidades da sociedade. Se nada existe isolado no planeta - o que acontece num lugar afeta o outro, argumenta-se que nos espaços na mídia para divulgação da ciência e da tecnologia prevaleçam o tratamento crítico e analítico das mensagens, mas sem perder de foco o despertar para o fato de que o ser humano é a única espécie em condições de alterar profundamente seu meio ambiente.

Outro ponto de discussão do papel da mídia no processo de formação ambiental é avaliar o que lhe é de competência. A capacidade de gerar comportamentos e formar opinião, através da veiculação de informações, não atribui à mídia a responsabilidade de promover a educação ambiental. Segundo Berna (apud GARCIA, 2002, p. 23), “os meios de comunicação não possuem o caráter pedagógico requerido para o ensino do meio ambiente, mas são aliados estratégicos e fundamentais no ensino para o meio ambiente”.

Contempladas estas análises, cabe agora encaminhar pontos concernentes à concepção de que a mídia deve informar para educar, para fomentar o estabelecimento da ética e da cidadania ambiental. A importância da informação para a participação efetiva da sociedade nos problemas ambientais obtém respaldo na obra de diversos autores.

Sem democratização da informação ambiental dificilmente haverá pleno desenvolvimento da cidadania ambiental [...] O Jornalismo Ambiental deve contribuir principalmente para o exercício da cidadania, estimulando a ação transformadora [...] Não basta se tornar mais

cidadão comum. – o cientista aplica seu conhecimento a casos visíveis que afetam a vida cotidiana do leitor. A finalidade é produzir reportagens panorâmicas, de confronto e operante. Oferecer alternativas de solução. O leitor se verá envolvido não só intelectualmente, mas também a partir de sua emoção. Porque só aquilo que dói fascina, penetra e motiva. Assim deve ser o jornalismo científico ecológico. Entra pela sensibilidade e razão do leitor e induz à ação. (tradução da autora).

consciente dos problemas ambientais, sem se tornar também mais ativo, crítico e participativo. (GARCIA, 2002, p. 70).

De fato, ao domínio da informação liga-se o poder de interferir e reorientar as relações humanas e as da sociedade com a natureza:

2.3 – Considerações sobre a atividade jornalística

Tecnicamente, jornalismo pode ser classificado como o processo de apurar, reunir, selecionar e difundir notícias, idéias, acontecimentos e informações com veracidade, exatidão, clareza e rapidez. (GARCIA,2002).

Rossi (1980, p. 11), por sua vez, adota a concepção de que, independente de qualquer definição acadêmica, jornalismo “é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra (...)”.

Apesar das variações que cada autor adota para se referirem ao conceito de jornalismo, há consenso quanto à conjuntura que molda a produção da notícia. A imprensa atual estrutura-se como empresa, dentro de um sistema capitalista, que busca o lucro (MEDINA, 1988). E este é apenas um dos fatores condicionantes da produção da notícia que a distanciam da conceituação idealizada.

A imprensa convive, como atividade industrial, com uma contradição intrínseca ao seu lema tradicional, e certamente mistificador, de dar ‘a verdade em primeira mão’ [...] Mistificador porque fala em *verdade* genericamente, quando se trata de entendê-la no sentido estrito de *informação verdadeira*, relativa a *fatos que realmente ocorreram* – e que

comportam interpretações diversas. Mistificação necessária, porém, para a sedimentação de outro mito, o da imparcialidade, que garante à imprensa o seu lugar de autoridade. De qualquer forma, a *verdade*, fica submetida à necessidade de veiculação de notícias *em primeira mão* [...]. (MORETZHOHN, 2002, p. 11).

Estes mitos da “objetividade”, da “neutralidade”, são em última instância valores importados da imprensa americana por jornais brasileiros. Afinal, entre o *fato* e a *versão* que dele publica qualquer veículo de comunicação de massa existe um conjunto de fatores que quando não determinam, condicionam este processo. O próprio profissional carrega inevitavelmente consigo toda uma carga cultural que impregna o testemunho do fato – sua formação pessoal o leva a ver o fato de maneira distinta de outro profissional com formação e opiniões diversas. Ou seja, ao registrar o que acontece, não se deixa de imprimir no relato, ainda que implicitamente, as emoções e impressões intelectuais que o fato provoca.

O aparato comunicacional no Brasil, sob a aparente “prestação de serviço ao leitor”, procura encobrir o caráter ideológico e político inerente à atividade jornalística. (MORETZSOHN, 2002).

Além disso, a concentração dos meios de comunicação vai se mostrar como um instrumento de controle dos grandes grupos midiáticos; estes, em geral, pertencentes ou ligados aos grupos político-econômicos de centro-direita.

Para Rossi (1980), os formadores da opinião pública brasileira são os seguintes veículos de comunicação: *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* (considerados os quatro grandes jornais da imprensa brasileira), a Rede Globo de Televisão, a revista *Veja* e alguns jornais regionais de

peso político, como *Zero Hora* e *Correio do Povo*, *Estado de Minas*, *O Liberal*, *O Povo*, *Jornal de Brasília* e *Correio Braziliense*.

Todos esses veículos, sem exceção, situam-se, política e ideologicamente, entre a direita e o centro do espectro político, o que significa dizer que toda uma gama de opiniões, que vai do centro à esquerda, fica praticamente marginalizada do direito de manifestar sua opinião ou sua visão sobre os acontecimentos (ROSSI, 1980, p. 60).

Neste sentido, também é intrigante a discussão sobre liberdade de imprensa – outro lema do jornalismo – no Brasil; onde a democracia oferece razoável margem de liberdade para a imprensa no que toca à ação governamental, mas que num cenário mais amplo, a liberdade é exercida fundamentalmente pelos donos dos diferentes veículos e muito menos pelos jornalistas neles empregados. Sem contar que há sempre possibilidade para um determinado jornal veicular aquilo que lhe parece mais conveniente – respeitadas as leis vigentes. No entanto, há sérias restrições ao direito social à informação, isto é, ao direito que *toda* a sociedade tem de se informar e, ao mesmo tempo, de veicular informações que lhe interessam. Essa limitação decorre da extrema concentração da propriedade dos meios de comunicação.

2.3.1. – O Jornalismo no Brasil

A trajetória do jornalismo brasileiro remonta ao auge do movimento do Iluminismo, quando do lançamento em Londres, pelo jornalista Hipólito da Costa, em 1º de Junho de 1808, do *Correio Braziliense* - o primeiro jornal destinado ao público leitor brasileiro, mais precisamente, aos portugueses nascidos ou

estabelecidos no Brasil, na época chamados brazilienses, que já consideravam o Brasil como sua própria pátria.

O jornal tinha formato e tamanho de livro, comum aos informativos da época, com cerca de 100 páginas, cujos textos e artigos eram longos e densos, chegando muitas vezes a se prolongarem por diversos números seguidos.

Impresso em Londres e distribuído no Brasil, o *Correio Braziliense* exerceu forte influência no sentimento liberal do povo, incentivando os movimentos de independência através de reformas implementadas pelo próprio governo, antes mesmo que o povo as instituísse por meio de uma revolta popular.

O primeiro jornal impresso no Brasil foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, lançada em 10 de setembro de 1808, com o mesmo formato da Gazeta de Lisboa, sendo uma espécie de diário oficial, pois publicava os decretos e fatos relacionados com a família real. Este informativo da imprensa régia era o único até 1821, quando o próprio diretor da censura, o baiano José da Silva Lisboa, posteriormente Visconde de Cairu, lançou o *Conciliador do Reino Unido*, “motivado pelo desejo de chamar a atenção para os danos que a liberdade de imprensa vinha causando no mundo livre”. (Lustosa, 2003, p. 22). Naquele mesmo ano de 1821, surgiram outros dois informativos, *O Amigo do Rei e da Nação* e *O Bem da Ordem*, ambos expressando também o pensamento oficial da corte.

Devido aos rumos que a revolução tomava em Portugal, os liberais inquietavam-se com esse posicionamento da imprensa existente na época; o que fez com que os maçons Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, este último cônego da Capela da Real, lançassem em 15 de setembro daquele mesmo ano o primeiro jornal que não passava pelo crivo da censura real: o

Revérbero Constitucional Fluminense. Pela primeira vez no Brasil, um jornal defendia a liberdade de imprensa e preconizava os ideais da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade.

Ainda em 1821, em 1º de outubro, o coronel Manuel Ferreira de Araújo, insatisfeito com os ganhos auferidos como editor da Gazeta do Rio de Janeiro, decidiu lançar seu próprio jornal, denominado de *O Espelho*, que segundo Lustosa (2003, p. 24), era subsidiado pelo próprio Dom Pedro I. Em seguida, para fazer frente a decretos e medidas colonialistas tomadas pela corte, surge o impresso *Despertador Braziliense*, tido como um panfleto, por suas características e falta de periodicidade, e mais tarde atribuído ao Visconde de Cairu.

Por obra de Luís Augusto May, em 18 de dezembro de 1821, desponta *A malagueta*, que se manteve vivo até o período da Regência, mas, sem uma periodicidade certa.

Assim surgiu a imprensa livre brasileira, sempre motivada pela censura imposta pelo poder da corte, que tentava a todo custo manter o povo brasileiro atrelado às idéias colonialistas. Ainda depois desses precursores, surgiram outros jornais que tiveram vida curta, a exemplo dos primeiros, fechando logo depois que conseguiram atingir os seus objetivos liberais para o Brasil.

Pode-se dividir a história da imprensa brasileira, inicialmente, em duas fases, sendo a primeira até o ano de 1821, quando imperava a censura prévia e outros aspectos como a proibição do uso da prensa contribuíram para inibir o surgimento de jornais. E depois desse período, começa então uma segunda fase, quando o príncipe-regente Dom Pedro I decretou o fim da censura. A partir daí, as tipografias e jornais se multiplicaram pelo Brasil.

2.3.2. – Breve histórico do jornalismo alagoano

A história do jornalismo alagoano remete ao século XIX. Em 1831, surgia em Maceió o primeiro jornal impresso alagoano: o *Íris Alagoense*. Na ocasião, Maceió ainda não era capital da Província e este foi o primeiro passo para avançar nesta direção. Em seguida, outros jornais foram criados em Maceió, Penedo, Marechal Deodoro e, posteriormente, em Viçosa.

Na segunda metade do século XIX, período de grande agitação política, surgiram, em nível nacional, os partidos Liberal e Conservador. Em Alagoas, as duas correntes eram representadas pelos partidos dos Luzias e dos Saquaremas, instalados durante a presidência de José Bento da Cunha Figueiredo. Pertenciam a estes dois grupos políticos – Luzias e Saquaremas – os jornais *O Tempo* e *Timbre Alagoano*, respectivamente, que eram usados pelos partidos para defender suas idéias e atacar as do grupo oposicionista.

Ainda neste período, motivado pela luta contra a escravidão, instalou-se a Sociedade Libertadora Alagoana, que detinha dois jornais – *Lincoln* e *Gutenberg*, ambos usados na luta pelo fim da escravidão.

O ideal republicano surgia em 1871, no jornal *O Apóstolo*, seguido por outro periódico, *A República*. Em 1888, no exato dia em que foi decretada a Abolição da Escravatura, o periódico *O Camponês* foi publicado pela primeira vez, com notícias envolvendo principalmente as atividades agrícolas.

Barbosa (1999) cita outro periódico da época: o *Jornal de Alagoas*, que circulou durante 85 anos, paralisando suas atividades em 1993. Em seu apanhado histórico, o autor relata que o jornal mais antigo ainda em circulação é

O *Semeador*, de periodicidade quinzenal, da Arquidiocese de Maceió, fundado em 1913. O diário mais antigo em circulação é a *Gazeta de Alagoas*, da Organização Arnon de Mello, com 70 anos de existência e o de maior circulação no Estado.

Os meios de comunicação alagoanos estão divididos, basicamente, nos seguintes grupos: a Organização Arnon de Mello, de propriedade da família Collor de Mello, compreendendo a TV Gazeta – afiliada à Rede Globo de Televisão, o jornal diário *Gazeta de Alagoas*, as rádios Gazeta AM e Gazeta FM e a Gazeta Eventos (marketing e publicidade); o Sistema Pajuçara de Comunicação, do deputado José Thomaz Nonô (PFL) e suplente de senador João Tenório (PSDB), com a TV Pajuçara, a Rádio 103,7 FM e a Pajuçara Eventos (marketing e publicidade); o Grupo João Lyra (PTB), tradicional grupo da oligárquica indústria canavieira, que recentemente adquiriu o diário *O Jornal*, inaugurou as rádios Jornal AM e Jornal FM e vem ampliando seus investimentos no setor da comunicação, com interesse em pleitear uma concessão de TV; a TV Alagoas, afiliada a Band, de propriedade da família do ex-vice-governador Geraldo Sampaio (PDT); a *Tribuna de Alagoas*, diário pertencente ao Grupo Carlos Lyra (atualmente desativada); a TV Educativa, televisão pública do Estado de Alagoas que retransmite a programação da Rede TV e TV Cultura, e a TV Massayó, afiliada à MTV. Há ainda três jornais semanários e outras publicações menores.

Não mais do que quatro grupos têm participação expressiva na imprensa alagoana. Este número ainda cai quando se observa os jornais impressos: são três diários – *Gazeta*, *Tribuna* e *O Jornal* – responsáveis pela maior parte da veiculação de notícias de todo o Estado.

Cabe assinalar que a realidade da mídia alagoana segue a lógica do poder estabelecida historicamente no Nordeste brasileiro. O conservadorismo tem marcado a política alagoana, como pode ser visto na filiação dos governadores indicados e eleitos nas três últimas décadas, e pela composição da Assembléia Legislativa. Concentrado nestes grupos, o poder que deriva do controle da mídia reflete uma das faces desta dominação, o *coronelismo midiático*. Este, por sua vez, não está dissociado das outras formas de coronelismo (político, econômico e social), mas reforça o sistema de poder vigente.

A estrutura da imprensa alagoana permite afirmar que a produção jornalística está pautada muito mais nos interesses político-econômicos que em detrimento do interesse público - de modo a fortalecer e reafirmar o coronelismo, pelo modo como exerce o papel de mediadora nas negociações de poder.

2.3.3. – Jornalismo ambiental – surgimento e aspectos básicos

O enfrentamento dos problemas ambientais está relacionado ao fluxo de informações ambientais que chega ao público.

O público com conhecimento pleno da essência do pensamento ecológico, com compreensão adequada das características dos diferentes fenômenos, é conduzido a conseqüências efetivas nas ações. Daí a preocupação com o papel dos meios de comunicação na cobertura de conteúdos ambientais e a necessidade de os profissionais gerarem conhecimento e práticas cotidianas mais de acordo com tais questões.

O surgimento e o papel do jornalismo ambiental³ na sociedade estão vinculados ao surgimento e atuação do movimento ambientalista. A inclusão da temática ambiental na pauta de discussões no Brasil se dá na década de 70, período de mudanças modernizadoras no país.

O ambientalismo não aparece como um fenômeno isolado, mas faz parte de um amplo processo de mudanças políticas, econômicas e sociais. [...] Estas mudanças, em especial a industrialização, estão intimamente ligadas às novas questões ambientais, e essa circunstância foi marcante para o surgimento do ambientalismo no Brasil, que [...] tem dois pólos, o Estado, que o promove, na lei e no discurso, e a sociedade civil, que o reivindica”. (VIEIRA, 2003, p. 82-7).

O movimento ambientalista se desenvolve na década de 70, como personagem do cenário político e cultural da sociedade, atingindo um de seus pontos mais elevados entre o final da década de 80 e início da década de 90, quando é realizada a Eco-92; e abarcando a responsabilidade na difusão destas discussões.

A partir de então, toda a sociedade foi atingida a partir da atenção dispensada pela mídia às questões ambientais neste período, tendo destaque a cobertura da Eco-92. Neste período é que o jornalismo ambiental no Brasil se estabelece, com a criação de editorias específicas dentro das redações para acompanhar as discussões referentes à preservação do meio ambiente que eram travadas na ocasião.

O jornalismo ambiental ganha “status” no período da Conferência Rio-92. Esta prática passa a ser dividida entre a grande mídia e a imprensa

³ Com base nas discussões até então travadas e para os fins desta pesquisa, jornalismo ambiental compreende a divulgação de fatos, processos, estudos e pesquisas associadas à preservação do meio ambiente, da biodiversidade e de outros conteúdos voltados para o habitat humano.

alternativa/especializada⁴, que exercem papéis complementares: na chamada grande mídia, a questão permanece com destaque na pauta enquanto for visível e urgente, já na mídia especializada, o problema continua na pauta mesmo depois da emergência.

A responsabilidade inerente à prática suscita discussões sobre como ocupar estes espaços dedicados à temática ambiental. Segundo Jukofsky (2000, p. 01) é necessário “escrever mais sobre biodiversidade e não apenas sobre eventos ambientais urbanos e escândalos”, como o fazem a maioria das abordagens, para desenvolver um trabalho coerente na área e “praticar o que se conhece como ‘jornalismo preventivo’, ou seja, adiantar-se aos acontecimentos”.

Qualquer foca sabe que num país tropical verão significa grandes chuvas, enchentes, desabamentos. E que o verão começa no dia 21 de dezembro. Quantas matérias publicaram os jornais cariocas chamando a atenção das autoridades locais para a temporada de catástrofes antes do fatídico dia oito de janeiro, quando a cidade entrou em colapso? [...] Hoje no Brasil pratica-se quase que exclusivamente o **jornalismo reativo**. Está esquecido o que é mais importante, o **jornalismo preventivo**. O jornalista antes de ser um fiscal é um radar. Se apenas reage, fica a reboque. Mas quando se antecipa, comanda e pode alterar o rumo dos acontecimentos. É a prestação de serviços que o cidadão espera da imprensa. (DINES, 2002, p. 01).

A defesa por uma cobertura ambiental regular, com reportagens de seguimento dos temas, encontra subsídios na constatação de que o desequilíbrio ambiental não é um fenômeno súbito, mas uma realidade que se põe a cada ano; gradualmente, até chegar a níveis alarmantes. A tendência ao sensacionalismo,

⁴ Embora estas mídias sejam citadas, não fazem parte do objeto deste estudo. Mas é considerada nesta pesquisa por sua contribuição para a fundamentação teórica da pesquisa, já que se trata de fontes regulares de informação ambiental.

verificada na utilização da problemática ambiental pela mídia, refere-se à fragmentação, descontinuidade e não-linearidade do fluxo dessas informações. Tratar do tema ambiental através da descrição de fatos isolados, como se fossem demonstrações específicas que não foram produzidas em série e nem é consequência do modo como a sociedade se organiza, significa, como já visto, calar o essencial. E alguns dados alertam para os efeitos disto:

O desinteresse das redações é sentido pelos leitores. Segundo uma pesquisa realizada pelo Ibope e ISER (Instituto Superior de Estudos Religiosos), apenas 2% dos leitores do Jornal do Brasil se consideram bem informados sobre meio ambiente. Enquanto que 52% afirmam desconhecer completamente o assunto. (GARCIA, 2002, p. 32).

Fatores como tempo e recurso também influenciam a captação, melhoramento e divulgação da mensagem ambiental – e refletem a realidade dos jornais pesquisados; a diminuição dos casos de violência na região, por exemplo, pode regular o espaço que o *meio ambiente* encontra na cobertura diária. De todo modo, a imprensa mantém um olhar amplo sobre os diversos assuntos que mobilizam a sociedade e seus leitores, e isso inclui muito mais temas que os ambientais.

O apanhado histórico do jornalismo ambiental no Brasil, realizado por Villar (1997), revela o auge desta tendência na imprensa brasileira no início da década de 90, embora depois da Rio 92, tenha havido um retrocesso.

Anterior a este período, na década de 60, surgiam na França, as primeiras entidades de jornalistas especializados em meio ambiente. Em 1968, aconteceu em Paris a Conferência da Biosfera. No mesmo ano, era preso no Brasil - pela

Operação Bandeirantes - o repórter Randau Marques, primeiro jornalista brasileiro a se especializar em meio ambiente.

Na época, Randau foi considerado “subversivo” porque escreveu num jornal da cidade paulista de Franca reportagens sobre a contaminação de gráfcos e sapateiros com chumbo, e já questionava a expressão ‘defensivos’, mostrando que os agrotóxicos eram responsáveis pela mortandade de peixes e pela intoxicação de agricultores.

Randau se especializou em assuntos urbanos e questões ambientais no Jornal da Tarde e pelo diário do Grupo Estado, cobriu na capital gaúcha a primeira polêmica ambiental envolvendo uma grande indústria. O fechamento da fábrica de celulose Borregaard, do dia seis de dezembro de 1973 até 14 de março de 1974, atraiu a atenção de jornalistas de outros estados e do exterior. A indústria, hoje chamada de Riocell, fica às margens do Guaíba, na frente de Porto Alegre. A luta contra a poluição uniu o movimento ecológico gaúcho.

De acordo com Villar (1997), a época é representada não pela imagem de uma chaminé, mas pela foto, tirada no dia 25 de fevereiro de 1975, do estudante universitário Carlos Dayrel, que permaneceu horas sentado numa acácia que seria cortada pela Prefeitura para a construção de um viaduto .

Depois da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, aumentou a freqüência das aparições de questões ambientais na imprensa internacional. Novo avanço ocorreu em meados dos anos 80, com a descoberta do buraco na camada de ozônio e as primeiras hipóteses sobre o impacto das atividades humanas no aumento do aquecimento global. A

imprensa brasileira reagiu a tais preocupações, e se voltou para os problemas ambientais da Amazônia.

Outro acontecimento de referência da época foi a realização, em agosto de 1989, em São Paulo, do Seminário "A Imprensa e o Planeta", promovido pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão e pela Associação Nacional de Jornais. Depois deste, considerado o mais importante para o jornalismo ambiental brasileiro, aconteceu, três meses depois, o "Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente", realizado no final de novembro, em Brasília, pela Federação Nacional dos Jornalistas - Fenaj e do qual participaram especialistas internacionais.

A importância do evento remete às iniciativas executadas após sua realização. A partir do seminário da Fenaj em Brasília, formaram-se núcleos regionais de jornalismo ambiental em São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, com o objetivo de criar uma entidade nacional de jornalismo ambiental. Foi adiante apenas o grupo gaúcho: o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (Nejrs) - surgido no seio do movimento ambientalista, num debate com o presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, filósofo Celso Marques, e o presidente da União Protetora do Ambiente Natural, jornalista Carlos Aveline, no dia 22 de junho de 1990.

Em junho de 1991, o Nejrs promoveu o Encontro *Jornalismo e Ecologia*, junto com a UFRGS, SBPC, PUC-RS e o Consulado dos Estados Unidos, que viabilizou um debate via satélite. Entre abril e maio de 1992, realizou junto com a Faculdade de Comunicação da Ufrgs o I Curso de Extensão em Ecologia para Jornalistas. Tratava-se de um preparatório para a cobertura da Rio 92. O II Curso

ocorreu entre novembro e dezembro de 1993, com o objetivo de discutir o papel da imprensa nos desastres ambientais e resultou na publicação do Manual de Emergência para Desastres Ambientais. Agraciado pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul com a Medalha do Conservacionista, em junho de 1994, o Nerjs recebeu, no mesmo ano, o prêmio Contribuição Especial da Associação Rio-Grandense de Imprensa. O Núcleo é atualmente formado por 17 jornalistas, sete na grande imprensa, mas apenas um fazendo jornalismo ambiental diário. Estes integrantes criaram o jornal Sobrevivência da Agapan e um encarte “verde” dentro do jornal do Sindicato dos Jornalistas da região.

Em nível global, a entidade considerada a mais relevante em jornalismo ambiental é a Sociedade de Jornalistas de Meio Ambiente do Estados Unidos - *Society of Environmental Journalists*, criada em 1990 por alguns repórteres premiados na área e atualmente ultrapassa mais de 1.100 sócios.

A criação de uma rede mundial de jornalistas de meio ambiente foi uma das decisões encaminhadas no “Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento” – batizado de Green Press, que ocorreu em Belo Horizonte, entre 20 e 24 de maio de 1992.

Somente em 1993, numa reunião em Dresden, na Alemanha, criou-se a Federação Internacional de Jornalistas de Meio Ambiente, uma aliança formada por jornalistas de mais de 50 países, com o intuito de ampliar a compreensão pública dos problemas ambientais através do intercâmbio entre os profissionais especializados.

Desde então, a entidade realiza eventos anuais. O primeiro congresso ocorreu em Paris, em 1994, no Palácio da Unesco. Em 1995, a reunião aconteceu

no campus do Massachusetts Institute of Technology (MIT), na cidade de Cambridge, junto com a reunião anual da Sociedade de Jornalistas de Meio Ambiente dos Estados Unidos. Depois, a Federação se reuniu em Cebu City, na Ásia (1996) e em Budapeste, na Hungria (1997).

Entre publicações brasileiras especializadas no tema ambiental, a Folha do Meio Ambiente está consolidada, com quinze anos de existência. A Folha do Meio Ambiente nasceu por ocasião do “Seminário Internacional Recursos Externos em Projetos de Meio Ambiente - Possibilidades e Critérios Brasileiros”, realizado de 20 a 23 de junho de 1989, no Banco Central do Brasil.

A Folha do Meio Ambiente é um tablóide que circula cerca de 75 mil exemplares – 2% para o exterior; 14% para o Distrito Federal; 16% para o Estado de São Paulo; 15% para o Estado de Minas Gerais; 10% para o Estado do Rio de Janeiro; 12% para os estados do Amazonas e Pará; 31% para os demais estados brasileiros.

O Jornal do Meio Ambiente é outra publicação no setor, com onze anos de existência. Criado em janeiro de 1996, pelo jornalista Vilmar Berna, o Jornal do Meio Ambiente encontra-se com mais de dois milhões de exemplares distribuídos.

Entre os grandes jornais impressos, destaca-se o Jornal do Commercio, de Recife, que mantém um caderno de ciência e meio ambiente desde 1989, a exemplo da tendência nacional da época, que passara a valorizar o jornalismo científico e se preparava para cobrir a Conferência Rio 92. A editoria contava inicialmente com uma equipe e espaço independente; mas, na década de 90, o arrefecimento das notícias científicas e ambientais fez com que o espaço fosse reduzido, até que a editoria fosse incorporada, em 1996, à editoria de Cidades.

A Internet também é fonte de informação/jornalismo sobre meio ambiente. As duas publicações citadas – Folha do Meio Ambiente e Jornal do Meio Ambiente – possuem seus equivalentes na Internet, respectivamente nos sítios www.folhadomeio.com.br e www.jornaldomeioambiente.com.br.

Em Alagoas, a própria discussão da temática ambiental surge orientada pela indignação dos profissionais da imprensa em relação à sistemática censura, nos meios de comunicação, das notícias e matérias referentes aos acidentes então freqüentes na planta industrial da Salgema Indústrias Químicas S/A. (MIRANDA, 2004).

Foi daí que o Movimento pela Vida (MOVIDA) surgiu no seio da diretoria do Sindicato dos Jornalistas, sinalizando o estabelecimento do ambientalismo no Estado na década de 1980 - com sua criação, em 1985, e sua conversão oficial como primeira Organização Não-Governamental Ambientalista, em 1986.

O MOVIDA, à época, tinha em sua direção o jornalista Dênis Agra, cuja atuação na presidência do Sindicato dos Jornalistas de Alagoas (Sindjornal) marcou um período de bastante engajamento político-social da entidade, período esse já iniciado no mandato de seu antecessor, Freitas Neto. Foi nesse contexto, portanto, que o Sindicato, além de sua vigorosa ação corporativa e civilista, impulsionou também os primeiros movimentos de protesto ambientalista.

Em junho deste ano, foi instalada a seccional do Núcleo de Ecojornalistas em Alagoas. A estruturação do NEJ/AL, numa iniciativa do Sindjornal, reflete especialmente a preocupação cada vez maior com a qualidade dos conteúdos ambientais veiculados na imprensa alagoana e a necessidade de aprofundamento dos conhecimentos dos jornalistas sobre as questões ambientais.

Há diversos apontamentos que mostram como a temática ambiental deve ser tratada com cautela pelos jornalistas, devido ao seu jargão técnico próprio e à importância de cada detalhe para o conjunto da obra jornalística.

De fato, o manejo de temas ambientais exige treinamento; já que alguns temas raramente são cobertos e por isso, não há oportunidade para o profissional familiarizar-se com termos ou conceitos específicos – o que leva à escrita de reportagens que apenas transcrevem a informação recebida da fonte.

Por estes aspectos, Lima (2001, p. 2) defende a formação específica de jornalistas nesta área, e diz que “muitos erros e deturpações apresentadas pelas fontes seriam corrigidas ou mostradas criticamente, se os jornalistas tivessem especialização nos setores que cobrem”.

Além disso, esses apontamentos expressam a importância do desenvolvimento da consciência ecológica dos próprios jornalistas, já que a abordagem da pauta carrega uma preocupação e identificação pessoal de quem relata o fato, requerendo, assim, o entendimento do tema meio ambiente, em seus aspectos sociais, políticos, econômicos, para não reproduzir a percepção equivocada das questões ambientais desligada dos aspectos do dia-a-dia da população.

A questão pertinente à formação do jornalista inclui ainda a discussão desta temática na grade acadêmica, numa proposta que contemple a inclusão, no plano de estudos das Escolas de Jornalismo, de disciplinas concernentes ao ensino e desenvolvimento do jornalismo ambiental, bem como o intercâmbio de material informativo com outros países de maior experiência neste exercício.

III – ANÁLISE DO CONTEÚDO AMBIENTAL DA IMPRENSA ALAGOANA

A problemática desta pesquisa consistiu em estudar o processo de apuração, produção, seleção e difusão de notícias – tecnicamente definido como jornalismo. A mídia escolhida foi a imprensa, por seu alcance e por tratar-se de uma prática bem estruturada na conjuntura midiática nacional e regional.

Este capítulo expõe as considerações referentes aos jornais impressos alagoanos com relação à temática ambiental. Estas considerações decorrem das clípagens das edições selecionados.

Vários questionamentos foram elaborados para que se pudesse compreender como se dá o tratamento das questões ambientais no jornalismo alagoano. Estes questionamentos tiveram como pressuposto todo o acúmulo teórico relatado ao longo do primeiro e segundo capítulos deste trabalho, sendo balizados pela metodologia descrita no tópico seguinte.

As principais preocupações incluíram: o espaço destinado às matérias ambientais e as editorias onde os temas referidos são tratados; a angulação (tipo ou valor) da matéria relacionada ao meio ambiente que tem mais espaço; as indicações de abordagem das matérias; a relação “informação - mercadoria” dentro da temática ambiental, entre outras que serão relatadas adiante.

Dos jornais pesquisados, nenhum apresenta editoria específica dedicada à temática ambiental. Os assuntos ambientais são inseridos em quaisquer editorias, de acordo com o contexto da notícia em questão.

3.1. – Metodologia Utilizada

O levantamento bibliográfico, procedimento inicial deste trabalho, deu-se por meio da adoção de referencial teórico abrangendo dois núcleos: o Comunicacional e o Sócio-Ambiental. No primeiro, levou-se em conta o aporte sobre Teoria da Comunicação (Medina, Moretzsohn), Cultura de Massas (Morin, Sodré) e Análise de Conteúdo (Kientz, Bardin). Para o segundo, abordagens sobre Meio ambiente e Desenvolvimento (Furtado, Sachs, Zen), Construção Social da Realidade (Luckmann, Berger) e Representação Civil (Dagnino, Vieira, Benevides).

A imprensa alagoana foi definida como cenário da pesquisa, considerando para efeitos de campo, exemplares dos dois jornais diários de maior alcance veiculados no Estado: Gazeta de Alagoas (tiragem de 18.000 exemplares aos domingos e 16.000 exemplares nas outras edições) e O Jornal (tiragem de 8.000 exemplares aos domingos e 6.000 exemplares nas outras edições).

A decisão de utilizar os dois jornais diários – Gazeta de Alagoas e O Jornal – na pesquisa se deve à concepção de que isto favoreceria o mapeamento do jornalismo ambiental em Alagoas. A utilização de somente um dos jornais traria implicações desfavoráveis ao que a pesquisa se propunha. Por este motivo, a seleção de apenas um dos jornais foi descartada.

A obtenção de dados ocorreu mediante seleção e análise das matérias que incorporassem aspectos da questão ambiental. Para tal, foram selecionadas edições veiculadas entre janeiro e junho de 2006; às sextas, sábados e domingos - devido à maior incidência de matérias frias (com menor apelo factual) nos fins de

semana, ocasião em que a produção do jornal se utiliza do arsenal de notícias “engavetadas” para fechar as edições dos dias em que não haverá expediente na redação.

Os jornais selecionados para análise, considerando as edições veiculadas entre 01 de janeiro e 30 de junho de 2006, totalizaram 136 edições (72 do O Jornal e 64 da Gazeta), num montante de 275 notícias selecionadas, considerando que 25 edições do período citado (20 da Gazeta e 5 do O Jornal) não foram encontradas à disposição para consulta pública na Biblioteca Pública Municipal de Maceió, e deste modo, não foram incorporadas à análise.

Cabe ainda citar que também não fizeram parte do *corpus* da pesquisa matérias veiculadas em “colunas de notas”, nem em cadernos especiais dos jornais, nem advindas de agências nacionais ou de assessorias de imprensa, explicitamente identificadas. As reportagens com desdobramentos em páginas seguidas foram contabilizadas como uma única unidade de notícia, já que de modo geral tratam do mesmo assunto.

Admite-se margem de erro de 5% para as clipagens, como para a tabulação dos resultados. Esta margem foi definida levando em conta o grau das dificuldades encontradas para a execução desta etapa da pesquisa.

3.2. – Resultados

Das edições pesquisadas, 19,8% não veicularam nenhuma notícia relacionada à questão ambiental em suas páginas. Do montante de notícias analisadas, apenas 8,4% contaram com chamada de capa. Com relação à distribuição da temática em editorias, 53,1% das notícias analisadas

encontravam-se na Editoria Cidades; 20% estavam na Editoria Municípios; 22,9% na Economia e apenas 4% na Editoria Política.

3.3. – Categorias de análise

A análise consistiu em identificar a frequência e disposição da matéria na página, bem como as editorias onde a temática ambiental tem espaço e o que se discute nesses espaços, por meio da Análise de Conteúdo.

A análise de conteúdo é um instrumento de pesquisa utilizado para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tendo por objetivo interpretá-los. Trata-se de uma técnica comumente adotada para compreender as mensagens que os *media* difundem, mas que acaba por conduzir à análise da própria natureza do *medium* e suas funções - levando em conta a constatação de McLuhan (1980) de que o meio é a mensagem. A aplicação do método se dá pelo levantamento da origem e do destino das mensagens, para elucidar o condicionamento que os *media* lhes conferem, por meio da decomposição do todo em seus elementos constituintes, do estudo das relações que esses elementos estabelecem entre si, da ordenação e tratamento estatístico dos agrupamentos temáticos, bem como o uso de outros indicadores. A análise decompõe, isola e contabiliza os sinais materiais da mensagem para a partir daí revelar as estratégias empregadas sobre os conteúdos e apurar as devidas correlações.

Conforme Kientz (1973), as mensagens dos media são ao mesmo tempo expressão de uma cultura e instrumento que a modela. Considerando que as

mensagens da comunicação de massa são secreções do corpo social, a Análise de Conteúdo trabalha também o encadeamento, a estrutura da informação, o que permite a formulação de inferências sobre quem as produz e o diagnóstico de outros planos subjacentes.

Baseado nas evidências textuais da pesquisa, foram definidas 11 categorias temáticas de análise: Setor produtivo (92 ocorrências), Conflitos sócio-ambientais (25 ocorrências), Natureza (41 ocorrências), Clima (30 ocorrências), Meio urbano (18 ocorrências); Saneamento (26 ocorrências), Identidade Cultural (7 ocorrências), Resíduos sólidos (9 ocorrências), Turismo (8 ocorrências), Gestão (10 ocorrências) e Energia (6 ocorrências).

a) Setor Produtivo

Esta categoria englobou todas as notícias cujo foco são as atividades econômicas ligadas à questão ambiental, sob a dimensão da sócio-economia do desenvolvimento, a exemplo da produção agrícola, pecuária, piscicultura, maricultura, ostreicultura, avicultura, apicultura, artesanato; bem como o universo de negócios relacionados a tal questão, envolvendo aspectos de inovação tecnológica, arranjos produtivos, capacitação, comercialização, políticas de crédito rural, alternativas de convivência com o semi-árido, irrigação, barreiras sanitárias etc.

Quadro I – Categoria Setor Produtivo		
Título	Tema Central	Angulação
Prefeitura lança projeto de ostreicultura	Lançamento do projeto “Maria vai com as ostras” na Barra	Factual

Fecularia começa a produzir na segunda	Abertura de fábrica de beneficiamento da mandioca em Arapiraca	Mercadológica
AL lidera produção de laranja-lima. Brasil se rende à laranja-lima cultivada no Vale do Mundaú	Divulgação do título alcançado por AL de maior produtor de laranja-lima do Brasil	Mercadológica
Gado alagoano com sotaque francês	Firmação de convênio entre Alagoas e França para disseminar gado da raça Blonde entre criadores locais	Científica
Canal do Sertão: terras vão ser desapropriadas	Convênio firmado para desapropriação de áreas que margeiam obras do Canal do Sertão	Factual
Projeto investe US\$ 700 mil em maricultura	Atuação da ONG Oceanus através da Associação Maria Vai com as Ostras	Mercadológica
Conferência debate o setor pesqueiro	Realização da II Conferência Estadual de Aqüicultura e Pesca	Mercadológica
Deputado fortalece debate sobre aftosa	Divulgação de discussão com representantes públicos e agropecuaristas sobre aftosa	Personalística
CODEVASF mapeia piscicultura no Estado	Elaboração de diagnóstico da cadeia produtiva da piscicultura em AL	Científica
Fetag quer técnicos agrícolas nas lavouras	Alerta sobre a deficiência na assistência técnica no campo	Educativa/ engajadora
“Comerciantes de feira serão orientados”	Realização de reunião explicativa das determinações sanitárias de PE para futura adequação da exportação de bovinos em AL	Mercadológica
Cooperativa expande vendas de laranja-lima	Estimativas de mercado da venda de laranja-lima	Mercadológica
Convênio implanta unidade de inhames em quatro municípios	Implantação de lavouras de inhame no Vale do Paraíba	Factual
Bovicultura de AL recebe recursos do BNB	Liberação de recursos para investimento na bovinocultura de leite	Factual
Melancia forageira – Alternativa para alimentar os rebanhos	Divulgação da espécie e iniciativa da Embrapa em seu melhoramento genético	Científica
A gota d’água que faltava	Investimento para construção de unidades de beneficiamento do pescado	Mercadológica
Presídio amplia horta em Arapiraca	Iniciativa de cultivo orgânico para ressocialização de condenados	Educativa/ Engajadora
Seminário discute cultivo da mamona	Realização de seminário sobre viabilidade do cultivo da mamona no semi-árido	Factual
Agricultura] Irrigação vira tema de debate entre produtores	Realização de palestras educativas sobre irrigação	Factual

Produtores de laranja-lima de AL inauguram box na Ceasa do Recife	Inauguração de box da Cooperativa dos Produtores de Laranja-lima do Santana do Mundaú	Mercadológica
<u>Cultivo de ostras transforma comunidades</u> [Cultivo sustentável] Ostra tira famílias alagoanas da miséria/ Laboratório deve incrementar produção/ Cultivo alimenta esperança de comunidade pobre/ Embora lento, retorno financeiro é certo	Sucesso do projeto de ostreicultura da ONG Oceanus	Mercadológica
<u>Coco verde pode virar artigo raro no carnaval</u> [Crise do coco] Coco verde some das ruas e deixa verão mais quente/ Produtores estão “à beira da falência”	Queda na produção de coco	Mercadológica
Setor avícola de AL continua estagnado	Dificuldades do setor avícola	Mercadológica
[Cidadania] Verdura e ovo de codorna geram renda no Tabuleiro	Sucesso de projeto de produção de hortaliças	Mercadológica
<u>Barreira sanitária trará prejuízo a produtores</u> Produtor teme prejuízo com barreira	Restrições sanitárias impostas por PE ao comércio de animais e suas conseqüências	Mercadológica
Convênio garante recursos para agricultores	Fundação de convênio de apoio à agricultura familiar	Educativa/engajadora
<u>Setor de ovino tenta ampliar o rebanho</u> {Ovinocaprinocultura] Setor tenta expandir cadeia produtiva	Divulgação de dados de rebanhos de ovinos e caprinos do Estado	Mercadológica
<u>Agropecuáristas temem restrição a gado alagoano</u> Barreiras sanitárias preocupam produtores	Restrições sanitárias impostas por PE ao comércio de animais e suas conseqüências	Mercadológica
<u>Poluição faz cair produção do sururu</u> [Espécie rara] Pesquisa alerta para extinção do sururu/ Concorrência faz sururu perder preço/ Ações tentam “salvar” pesca do sururu	Dados sobre a produção do sururu e as dificuldades que vem enfrentando	Mercadológica
<u>Barreira dá prejuízo milionário a criadores</u> [Barreira sanitária] Vendas em feiras caíram pela	1 – Estagnação do comércio de animais entre AL e PE	Mercadológica

metade, diz secretário/ Animal sem guia de vacinação é abatido		
Prevenção] Alagoas discute combate a praga na banana e laranja	Realização de treinamento sobre ações de combate a pragas nas culturas de banana e laranja	Factual
[Crise no campo] Débito tira acesso de produtor a crédito	2 – Impedimento de acesso a financiamento para produtores rurais de Maragogi por inadimplência	Factual
Produtores enfrentam dificuldades/ Produtores de hortaliças querem assistência técnica	Realidade e reivindicações dos produtores de hortaliças do Nordeste	Mercadológica
Seminário discute o cultivo da mamona	Realização de seminário sobre viabilidade do cultivo da mamona no semi-árido	Factual
Morte de aves foi causada por “gogo”	Descarte da contaminação de frangos no Tabuleiro por gripe aviária	Factual
Secretários discutem viabilidade da mamona na região semi-árida	Realização de seminário sobre viabilidade do cultivo da mamona no semi-árido	Factual
Agricultores em situação difícil	Dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais do Agreste	Denunciativa
Agricultores recebem doação de fertilizantes	Incentivo municipal para assentamentos em Maragogi	Factual
[Flores tropicais] Produtores participam do encontro nacional	Participação alagoana no Enflor 2006	Factual
Associação quer instalar em Arapiraca unidade de fecularia	Abertura de mais uma fábrica de beneficiamento da mandioca em Arapiraca	Mercadológica
Produtores temem perder suas terras	Cobrança judicial de dívidas rurais	Educativa/ Engajadora
Projeto para criação de ostras se destaca	Sucesso do projeto de ostreicultura da ONG Oceanus	Factual
Feliz deserto exporta produção artesanal	Destaque do artesanato produzido em Feliz Deserto	Factual
<u>Grupos disputam produção de leite</u> [Disputa acirrada] Produtores de leite travam guerra em AL/ Briga não atinge pequenos produtores/ Atravessador fica com 60% da produção	Disputa política pelo domínio da Cooperativa Agropecuária de Major Isidoro	Mercadológica
Praga ameaça dizimar bananais em vale	Presença de praga nos bananais da zona da mata	Factual
<u>Alimentos do sertão: uma nova economia</u> Sertão descobre alimentação alternativa	Projeto do Instituto Xingó de alimentação alternativa	Educativa/ Engajadora

[Iniciativa] Agricultores se unem para tentar sobreviver	Incubação de cooperativa de agricultores para garantir comercialização de produtos	Mercadológica
Sururu vira prato de luxo e cai no gosto de chefs de cozinha/ Molusco é fonte de sustento de famílias	Aumento do consumo de molusco entre os pratos principais da Semana Santa e a renda daí obtida por moradores de favela	Mercadológicas
[Incentivo] Plantio de mandioca recebe apoio	Aumento do teto da planilha de custeio para produção de mandioca	Mercadológica
[Agricultura] Novo tipo de abacaxi chega a Alagoas	Recebimento de incentivo para cultivo do abacaxi Pérola	Mercadológica
Traipu] Parceria vai reforçar criação de tilápia	Retomada e ampliação de projeto de desenvolvimento da piscicultura em Traipu	Factual
Produtos são oferecidos em feira agrícola	Realização da Exposição Agropecuária do Nordeste	Factual
Pecuária sofre com barreiras e descaso	Atraso na vacinação de rebanho alagoano contra febre aftosa	Denunciativa
Sindicalista pede apoio à agricultura	Descaso do governo com setor agrícola	Personalística
Cultivo da laranja-lima recebe incentivo	Liberação de recursos para investimento na produção de laranja-lima	Mercadológica
Nonô diz que MP do governo limita benefício a produtores	Crítica do deputado Nonô sobre projeto de lei que trata da renegociação das dívidas dos produtores rurais	Personalística
Assentados recebem orientação da Embrapa	Realização de treinamento de beneficiamento da banana em Maragogi	Factual
<u>Agricultores com a corda no pescoço</u> Propriedades sob a ameaça da União/ Endividamento leva produtores rurais ao desespero/ Médio produtor também sofre ameaças de penhora	Luta pela renegociação da dívida de produtores alagoanos	Educativa/ Engajadora
Pecuaristas pedem investigação do MP	Disputa pela direção da cooperativa Camila	Denunciativa
Projeto pioneiro é desenvolvido em Alagoas	Sucesso da iniciativa do Projeto Amanhã da Codevasf, para cultivo de peixes em tanques-rede em Penedo	Mercadológica
Programa negocia aumento do custeio	Alteração solicitada por pescadores de critérios de crédito do Pronaf Pesca	Mercadológica
Produtores recebem 300 mil mudas	Distribuição de mudas de abacaxi a pequenos produtores de Feliz Deserto	Factual
<u>Usina leva esperança para produtores de arroz</u> [Baixo São Francisco] Produção de arroz ganha novo incentivo/ Dinheiro deve ser utilizado em insumos/	Compra de usina de beneficiamento de arroz em Igreja Nova	Mercadológica

Deficiência do sistema de irrigação eleva prejuízos		
Projeto investe em capacitação de jovens	Destaque às atividades desenvolvidas pelo Projeto Amanhã da Codevasf para evitar o êxodo rural	Educativa/ Engajadora
Arapiraca terá 30 mil novas mudas	Distribuição de mudas de árvores nativas pelo Projeto Amanhã da Codevasf em Arapiraca	Factual
Agroecológicos ganham pontos-de-venda	Melhorias da comercialização de produtos agroecológicos para produtores alagoanos assistidos pelo Projeto Vida Rural sustentável, do Sebrae	Mercadológica
Produção de AL será vista em São Paulo	Presença do artesanato alagoano no II Salão do Turismo – Roteiros do Brasil	Factual
Colheita de feijão beneficia famílias	Início da colheita do feijão produzido dentro do Projeto Plante Bem Cidadão	Mercadológica
Apicultores comemoram bons resultados	Bons resultados do APL Apicultura no Sertão	Mercadológica
<u>Pacote para agricultura não ajuda Alagoas</u> Produtores de Alagoas serão excluídos do crédito/ Para representante, ato é enganação	Crise na agricultura e exclusão da maioria dos produtores alagoanos do pacote de crédito do governo federal	Educativa/ engajadora
Criação de ostras ameaça meio ambiente	Avaliação de bióloga sobre possibilidade de danos ambientais advindos da ostreicultura	Científica
Cooperativismo de fé em Maragogi	Sucesso da atuação da Coopeagro em Maragogi	Educativa/ Engajadora
Derivado da cana terá selo de qualidade	Instalação de laboratório e engenho na Ufal para controle de derivados da cana produzidos por pequenos agricultores	Científica
<u>Dívida agrícola tem novo acordo</u> Dívida rural: acordo altera renegociação	Aprovação de emendas que ampliam o número de produtores beneficiados e suspendem execução	Mercadológica
João Lyra tem encontro com produtores rurais	Realização de encontro de deputado federal com representantes dos produtores rurais e da Bacia leiteira alagoana	Personalística
Artesanato é destaque em Salão de Turismo	Destaque no Salão de Turismo em SP do artesanato com fibra de bananeira, fabricado em Maragogi	Factual
Produtores dizem que crise inviabiliza o setor	Crise da Bacia Leiteira de Alagoas	Mercadológica

Apicultores reivindicam Casa do Mel	Atuação da cooperativa de apicultores do sertão e gargalos do desenvolvimento da produção	Mercadológica
Vinagre e vinho de mel de Alagoas rumo à exportação	Ganho de mercado de derivados do mel fabricados em Alagoas	Mercadológica
Assentados querem saldar suas dívidas	Discussão sobre a dívida de agricultores de Branquinha e União dos Palmares	Factual
<u>Em Viçosa, palitos de bambu são fonte de renda</u> Palito de bambu gera renda no interior	Fabricação e comercialização de palitos de bambu produzidos em Viçosa	Mercadológica
Produtor ainda luta por renegociação	Aprovação de projeto de renegociação de dívidas de produtores alagoanos	Educativa/ Engajadora
Prefeituras de Alagoas perdem projeto	Impedimento de repasse de verbas para hortas comunitárias por inadimplência de municípios alagoanos	Factual
Incentivo à produção de pescado no Sertão	Projeto de Unidades de Beneficiamento de Pescado em Pão de Açúcar e Penedo	Factual
Caminhão frigorífico atende produtores	Doação de caminhão frigorífico em incentivo à piscicultura do Baixo São Francisco	Factual
Artesãos terão loja na orla de Maragogi	Inauguração da sede própria da Associação dos Artesão Costa Dourada	Mercadológica
Municípios correm contra o tempo para elaborar projeto	Corrida para aprontar projeto de beneficiamento do coco na região norte	Factual
Incentivo ao pólo pesqueiro de Penedo	Investimentos na produção e comercialização do pescado em Penedo	Mercadológica
<u>Alagoas enfrenta barreiras sanitárias a partir de segunda</u> Barreiras sanitárias impostas por PE começam a valer na 2ª feira	Submissão a rigores sanitários para comercialização de animais e produtos derivados com PE	Factual
{Proporcionalidade} AL volta a exportar mais açúcar para EUA	Derrubada da liminar que aumentava a participação pernambucana na cota de exportação de açúcar	Factual
Programa garante qualidade na produção de 17 tipos de frutas	Implantação de Programa de Produção Integrada de Frutas	Mercadológica
Encontro discute alternativas para barragem	Realização de seminário sobre alternativas econômicas para agricultura em Arapiraca	Factual

As notícias desta categoria carregam a visão antropocêntrica em sua essência porque o setor produtivo em si assume a característica de uso dos

recursos para gerar renda. Assim, os fatos são abordados, em sua maioria, numa perspectiva notadamente mercadológica (60,9%), que se deteve especialmente nos aspectos econômicos do chamado “agronegócio”, configurando um caráter de otimismo perante os benefícios da agroindústria para o desenvolvimento do meio rural, muito embora não se tenha incorporado explicitamente nas notícias, as implicações para a sustentabilidade ambiental nos respectivos setores. Observou-se também uma valorização do cooperativismo.

b) Conflitos sócio-ambientais

Nesta divisão, foram agrupadas todas as notícias que tratavam da questões da reforma agrária e conflitos no campo de um modo geral, abrangendo inclusive as lutas das populações indígenas e quilombolas pelo acesso à terra. Também constou de uma matéria sobre disputa de patentes.

Quadro II – Categoria Conflitos sócio-ambientais		
Título	Tema Central	Angulação
Movimentos contestam dados de 2005	Divulgação de números de assentamentos considerada “fantasiosa” por entidades rurais	Factual
Produtores de rapadura reagem à patente alemã	Indignação dos produtores frente a patente alemã do alimento genuinamente brasileiro	Educativa/ engajadora
Juiz concede cinco dias para sem-terra desocuparem fazenda	Processo judicial de reintegração de posse em Messias	Factual
Índios vão ocupar sede da FUNAI em AL	Protesto da tribo Xucuru-Cariri por demarcação de terras em Palmeira dos Índios	Factual
<u>Sem-terra fecham quatro rodovias em Alagoas</u> MTL	Protestos sincronizados para exigir desapropriações no complexo Agrisa	Factual

interdita rodovias em quatro municípios de Alagoas		
<u>Sem-terra ocupam área no B. Bentes</u> Famílias do MTL ocupam área do Estado no Benedito Bentes	Ocupação dos sem-terras pela concessão de moradia aos desabrigados das chuvas	Factual
Relatório sobre casas revela mais irregularidades em assentamento	Irregularidades na construção habitacional em assentamento e possibilidade de contaminação de manancial hídrico	Denunciativa
Mulheres camponesas entregam 14 reivindicações ao governo	Entrega de lista de reivindicações para reforma agrária no Estado	Factual
<u>Sem-terra denunciam violência</u> Bloqueio de sem-terra interdita rodovia AL-101 em Maragogi	Protesto de sem-terra para pressionar liberação de cestas básicas	Factual
<u>MST atribui conflitos agrários ao Estado</u> Sem-terra e fazendeiros culpam Estado e Incra por violência	Acusações sobre violência no campo e morosidade na reforma agrária	Denunciativa
[Assentamentos] Prefeitos prestam contas ao Incra	Apresentação de cronograma de obras em assentamentos rurais	Factual
Índios mantém a ocupação na FUNAI	Protesto da tribo Xucuru-Cariri por demarcação de terras em Palmeira dos Índios	Factual
Remanescentes de quilombos lutam por terra	Luta quilombola pela demarcação e titulação de terras	Factual
<u>Habitantes do Quilombo Tabacaria</u> cumprem o ritual da <u>Árvore Sagrada</u> Moradores de Quilombo temem perder as terras	Resistência quilombola e preservação de rituais sagrados	Educativa/ Engajadora
Índio faz greve de fome por terra e denuncia abandono	Cacique kaxagó reivindica terra de seus ancestrais	Factual
[Reforma Agrária] Terras da Agrisa custarão R\$65 milhões	Desapropriação de terras do complexo Agrisa-Peixe	Educativa/ engajadora
Índios cobram terra prometida por FUNAI	Protesto da tribo Xucuru-Cariri por demarcação de terras em Palmeira dos Índios	Factual
Posseiros acirram briga com sem-terra	Negação dos agricultores da acusação de venda de lotes da mata atlântica	Factual
Sem-terra alertam para novos riscos de conflito no campo	Denúncias de sem-terra de violência no campo	Factual
Incra admite: meta não foi cumprida	Dados insatisfatórios sobre assentamentos de famílias em AL	Factual
Produtores cobram ação contra sem-terra	Tensão envolvendo fazendeiros e movimentos agrários	Factual

<u>Juiz rejeita casos de conflito agrário</u> [Quebra de acordo] Juiz recusa processo de reforma agrária	Encaminhamento de ofício de juiz ao Tribunal de Justiça comunicando que não mais julgará casos de conflito agrário	Factual
<u>Tensão marca negociações em fazenda invadida</u> [Difícil acordo] Fazenda fica com sem-terra até amanhã	Dificuldade de acordo para reintegração de posse da Fazenda Estrela	Factual
<u>Invasões no Litoral Norte afastam os investidores</u> Ocupações afastam investidor do litoral	“Favelização” da AL-101 Norte e prejuízos para o turismo em Maragogi	Denunciativa
<u>Xucurus pressionam Funai por demarcação</u> Funai aguarda laudo para desapropriação	Negociações para demarcação de terras em Palmeira dos Índios	Factual
Corte de árvores vira caso de polícia	Apreensão de facões de moradores que derrubavam árvores para evitar ação de ladrões	Factual

Nessa categoria, o que ficou mais visível foi a tentativa de acomodar a disputa de poder numa linguagem conciliatória, apelando para os valores do “bom-senso” diante de posições extremadas de manifestação contra a ordem estabelecida.

c) Natureza

Nesta divisão foram englobadas todas as notícias cujo foco são as questões ligadas aos recursos naturais, hídricos, envolvendo tanto os temas da preservação, das Unidades de Conservação, quanto do desmatamento, degradação e poluição de modo geral.

Quadro III – Categoria Natureza

Título	Tema Central	Angulação
Devastação não pára na Serra do Frio, em União dos Palmares	Devastação da Serra do Frio	Denunciativa
<u>Crime ambiental no Pratagy será levado à Justiça</u> [Sistema Pratagy] Casal vai à Justiça para recuperar prejuízo	Cobrança de ressarcimento de prejuízo provocado pela poluição do rio Pratagy	Factual
Revitalização do S. Francisco será debatida nas próximas semanas	Proposta de emenda à Constituição que cria fundo para revitalização	Factual
Jangadeiros ajudam a preservar corais	Projeto de conscientização de jangadeiros para combater a degradação nas piscinas naturais	Factual
Ordenamento das galés de Maragogi começa hoje	Início de ordenamento dos passeios às piscinas naturais de Maragogi	Factual
<u>Angolano quer abrir zoológico em Maragogi</u> Angolano destina área de 60 hectares em Maragogi para abrigar 1º zôo de Alagoas	Proposta de criação de haras em Maragogi	Mercadológica
<u>Incêndio destrói vegetação no Selma Bandeira</u> Fogo destrói vegetação no Conjunto Selma Bandeira	Ocorrência de incêndio em vegetação	Factual
Peba tem ninhos de formigas gigantes	Apresentação de espécie pesquisada no Peba	Científica
Aprovada criação de floresta em Maceió	Aprovação da criação da Floresta Nacional de Maceió	Factual
IMA: balneabilidade das praias melhorou	IMA: balneabilidade das praias melhorou	Factual
<u>Família adota urubu como animal de estimação</u> Kiko, o urubu de estimação	Caso inusitado de urubu criado em convívio familiar	Personalística
Maragogi começa ordenamento das galés	Início de ordenamento dos passeios às piscinas naturais de Maragogi	Mercadológica
Francês: IMA usa bóias para proteger corais	Medida do IMA para evitar danos ao banco de corais do Francês	Factual
Canal na Ilha de Santa Rita gera polêmica	Discussão sobre proposta de construção de canal artificial na APA da Ilha de Santa Rita	Educativa/ Engajadora
Maceioenses devem evitar banho de mar	Divulgação de relatório de balneabilidade do IMA	Científica
Ave de espécie desconhecida é encontrada no Porto de Maceió	Achado no Porto de Maceió de ave de espécie não-identificada morta	Factual

Ambientalistas saem em defesa de canais naturais	Polêmica sobre construção de canal artificial na APA da Ilha de Santa Rita	Educativa/ Enagajadora
Usina do Grupo JL recebe Prêmio Empresa Amiga da Natureza	Premiação para empresas que se enquadram nos critérios de “preservação ambiental”	Personalística
<u>Tubarão de 300 quilos é pego na praia do Sobral</u> Tubarão de 300 kg é capturado no Sobral	Captura de tubarão-lixo em praia da capital	Factual
De estimação não; um ente da família	Relacionamentos de amor com bichos de estimação	Personalística
<u>Maragogi: devastação acaba com a mata atlântica</u> [Devastação] Reserva de mata atlântica é dizimada/ [Crime imperfeito] Fogo deixa marcas por todos os lados/ {Meio ambiente} Impunidade castiga “mãe natureza”	Degradação de reserva de mata atlântica em Maragogi	Denunciativa
[Só depois das eleições] Liminares empurram transposição para 2007/ Para OAB, transposição viola lei federal	Opositores e impedimentos legais à transposição	Factual
[Maragogi] Passeios às piscinas naturais são restritos a partir de hoje	Início de ordenamento dos passeios às piscinas naturais de Maragogi	Factual
[Degradação] União tenta preservar reserva ambiental	Ação de órgãos ambientais no combate à devastação da Serra do Frio	Factual
{Crime ambiental} Posseiros vendem área de mata atlântica	Comercialização de reserva para plantio de banana	Denunciativa
<u>Em Murici, a natureza ainda pede socorro</u> [Agressão ambiental] Estação ecológica sofre com degradação/ Famílias relutam em manter harmonia com meio ambiente/ [Conscientização ecológica] Pacto tenta preservar área de proteção	Denúncia de devastação da Reserva Ecológica de Murici	Denunciativa
<u>Poluição deixa rio em estado terminal</u> [A gota d’água] Canaviais deixam rios “estressados”/ Falta de água gera conflito em usinas, que buscam solução/ Recuperação de bacias custam R\$633 mi	Alerta sobre a degradação dos rios alagoanos	Denunciativa
[Litoral Norte] Poluição ambiental vai parar em Brasília/ Deputado ajuda a devastar manguezal	Degradação ambiental em Ipioca	Denunciativa

[Educação ambiental] Alagoas discute desperdício de água	Realização de seminário sobre desperdício e qualidade da água em AL	Educativa/engajadora
<u>Praia do Francês tem proteção para recifes</u> {Frânces] IMA controla passeio de barco na praia	Demarcação de área de atracamento de barcos no Francês	Factual
[Praia do Francês] Barqueiros desrespeitam sinalização	Denúncia de descumprimento da delimitação de onde os barcos deveriam atracar	Factual
<u>Novo curso ajuda a evitar crime ecológico</u> Natureza tem aliado contra destruição/ Curso desenvolve experiências inéditas	Novo curso de engenharia ambiental da UFAL	Científica
<u>Tubarão de 2 metros é capturado em Maceió</u> Pesadores capturam tubarão de 2m	Captura de tubarão da cabeça chata em Pontal da Barra	Factual
Usina acusada de provocar desvio do rio	Denúncia de alteração no curso do rio Perucaba	Denunciativa
Novo método pode reduzir poluição em praias de Maceió	Desenvolvimento de sistema eletroquímico para tratamento de efluentes urbano e industrial	Científica
Crime ambiental é banalizado em AL	Desconhecimento de leis ambientais no Estado	Denunciativa
<u>Degradação é grande na Ilha de Santa Rita</u> [APA de Santa Rita] Proteção a santuário não sai do papel/ Degradação atinge mangues, canais e fauna da região/ Poluição causa assoreamento de canais/ Casas e estradas destroem manguezais	Devastação em Área de Proteção Ambiental	Denunciativa
[Pesca predatória] Uso de bomba destrói corais e faz vítimas no Litoral Sul/ Pesca com bomba cresce sem fiscalização	Pesca predatória no litoral sul	Denunciativa
<u>Pratagy vive ameaça de colapso no abastecimento</u> [Água potável] Desastre ambiental ameaça manancial/ Poço põe em risco saúde da população/ Casal cobra responsabilidade de usinas	Denúncia de degradação da bacia do Pratagy	Educativa/Engajadora

Nessa categoria é que mais prevaleceram as notícias com a visão ecológica de meio ambiente, ligando tanto a preservação quanto a degradação a condutas “individuais”, sugerindo que são resultado puramente da falta de

conscientização. As áreas protegidas aparecem como monumentos naturais que deve ser preservada do hábito predador dos homens.

d) Clima

Esta categoria engloba as notícias abordando o tema chuvas, estiagem e outros fenômenos climáticos.

Quadro IV – Categoria Clima		
Título	Tema Central	Angulação
Tempo instável afasta maceioense das praias	Fraco movimentos nas praias de Maceió	Mercadológica
Chuvas propiciam doenças infecciosas	Incidência de doenças infecciosas após ocorrência de chuvas – sintomas e tratamento	Educativa/engajadora
Chuva forte provoca prejuízo e causa transtornos em Arapiraca	Alagamento por causa da chuva em Arapiraca	Factual
Ratos invadem casas em Maceió e moradores temem doenças	Denúncia de invasão de ratos no período chuvoso e riscos de doenças de veiculação hídrica	Factual
<u>Chuva faz 1ª vítima fatal por leptospirose</u> Leptospirose causa morte em Bebedouro	Morte por leptospirose de morador de área inundada pelas chuvas	Factual
3 – <u>Chuvas elevam risco de leptospirose em Maceió</u> Defesa Civil cobre encosta com lona + HDT tem 5 pacientes com suspeita de leptospirose	Alerta sobre o risco de leptospirose e a previsão de mais chuvas	Factual
Marinha alerta para riscos da chuva	Orientação para condutores de embarcações em virtude do período invernos	Educativa/Engajadora
Desabrigados da chuva vão para casas alugadas	Pagamento de 3 meses de aluguel para “desabrigados da chuva”	Factual
Maceió tem 200 mil em áreas de risco	Dados e ações da Defesa Civil em áreas afetadas pelas chuvas	Denunciativa

<u>Chuva supera previsão e alerta Defesa Civil</u> Chuva supera média histórica de março	Volume expressivo de chuva em curto espaço de tempo	Factual
Defesa Civil monitora áreas de risco da cidade	Ação da Defesa Civil no monitoramento de áreas de risco	Factual
<u>Seca castiga o sertão e mata animais</u> Seca ameaça população de 38 municípios	Estado de emergência de municípios alagoanos provocado pela falta de chuvas	Denunciativa
Somurb constrói muro de arrimo para evitar erosão na Ponta Verde	Construção de obra para evitar erosão	Factual
Defesa Civil mantém alerta em grotas	Ação da Defesa Civil no monitoramento de áreas de risco	Factual
Previsão de chuvas deixa Defesa Civil em alerta	Ameaça de fortes chuvas mobiliza Defesa Civil	Científica
<u>Defesa Civil identifica áreas de risco</u> Defesa Civil avalia condições das grotas	Ação da Defesa Civil na identificação e isolamento das áreas de risco	Factual
Seca piora] Emergência atinge 30 cidades de Alagoas	Estado de emergência de municípios alagoanos provocado pela falta de chuvas	Denunciativa
<u>Previsão de chuva causa novo alerta</u> [Casas ameaçadas] Defesa civil alerta para chuvas em área de risco	Ação de inspeção da Defesa Civil em áreas de risco	Factual
Poluição pode aumentar com chuva	Alerta de aumento de poluição por chuvas	Factual
Redução de chuva ameaça agricultura em Alagoas	Conseqüências da falta de chuvas para agricultura	Factual
<u>Carros-pipa não resolvem drama da seca</u> [Emergência em Alagoas] Ajuda chega, mas Sertão ainda sofre/ Carros-pipa ajudam a aliviar flagelo da seca no Semi-árido/ Crianças deixam escola para buscar água/ Prefeito barra pipeiros e causa protestos/ Verba não é suficiente, afirma Exército	Estado de emergência de municípios alagoanos provocado pela estiagem	Denunciativa
<u>Barreiras derrubam casas em Maceió</u> Maceió pode ter mais chuva até amanhã	Previsão de continuidade de chuvas e alerta da Defesa civil	Denunciativa
<u>Chuva causa morte por leptospirose na capital</u> {Resultado da chuva}	Contaminação de população de áreas atingidas por alagamentos	Denunciativa

Leptospirose provoca morte em Maceió		
<u>Rua da chuva “expulsa” moradores</u> Miguel Palmeira: 30 anos de inundações/ Água represada é nova ameaça + entrevista: “Quando volta o sol a Defesa Civil é esquecida	Denúncia de inundação que ocorre há décadas na mesma rua	Denunciativa
Defesa Civil tenta proteger encostas	Ação da Defesa Civil nas encostas devido à previsão de chuvas fortes	Factual
Maceió sob ameaça de novas enchentes/ Áreas degradadas contaminam aquífero	Queda das taxas de infiltração de chuvas e do aumento da taxa de escoamento	Denunciativa
<u>Exército vistoria carros para distribuir água</u> [Carros-pipa] Exército começa a distribuir água depois do carnaval	Operação emergencial de fornecimento de água a municípios atingidos pela estiagem	Factual
<u>Sertão espera pela água do Exército</u> [Sertão de Alagoas] Exército faz operação de guerra no combate à seca/ Cacimbinhas está sem água	Estado de emergência de municípios alagoanos provocado pela estiagem	Denunciativa
Falta de chuvas atrasa começo da plantação	Atraso no plantio no Agreste por escassez de chuvas	Factual
Chuva traz alento a pequeno produtor	Ocorrência de chuvas beneficiando o plantio de milho e feijão em Arapiraca	Factual

O que se observou é que os problemas decorrentes da falta de vontade política para estabelecer programas de convivência com as mudanças climáticas adquirem a forma de “fenômeno”, “adversidades”. A abordagem privilegiou ainda a apresentação das medidas paliativas aos “castigos da natureza” , sem relacionar as inundações e deslizamentos como um problema de drenagem e de déficit habitacional, as doenças daí decorrentes, como um problema de falta de saneamento; da seca, como um problema de falta de políticas de convivência com o semi-árido.

e) Meio urbano

Nesta categoria, está selecionado todo material relativo à discussão sobre o planejamento espacial urbano (a exemplo do Plano Diretor), a expansão/especulação imobiliária e outras questões advindas da ocupação desordenada do solo.

Quadro V – Categoria Meio urbano		
Título	Tema Central	Angulação
Audiência Pública vai discutir Plano Diretor	Realização de audiência pública para discutir elaboração do Plano Diretor do município	Educativa/ engajadora
Prefeitura dá início a remoção e replantio de coqueiros	Operações do projeto paisagístico de urbanização da orla	Factual
Mapa digital facilita ordenamento urbano	Finalização de base de dados cartográfica das áreas urbana e rural de Maceió	Científica
Plano Diretor de Maragogi ainda no papel	Críticas referentes à elaboração do Plano Diretor em Maragogi	Denunciativa
Audiência na Barra debate Plano Diretor	Realização de audiência pública para discutir Plano Diretor da Barra de S. Miguel	Factual
Barra retoma discussão sobre Plano Diretor	Realização da segunda audiência pública do Plano Diretor da Barra de S. Miguel	Educativa/ Engajadora
Terrenos de Maragogi são valorizados	Alta do mercado imobiliário no litoral norte com os investimentos estrangeiros na região	Mercadológica
Barulho em Arapiraca começa a ser combatido	Combate à poluição sonora em Arapiraca	Factual
Grafite: arte ou apenas poluição visual	Polêmica da prática da grafiteagem	Educativa/ Engajadora
<u>Litoral de Alagoas é dos italianos</u> Italianos apostam no turismo de Alagoas/ Italiano troca frio europeu por novos negócios em AL/ Europeus aquecem mercado imobiliário	Domínio de investidores italianos em empreendimentos no litoral Norte	Mercadológica
Somurb faz obra para conter avanço do mar na Ponta Verde	Realização de obra para conter avanço do mar	Factual
Guerra de sons travada por óticas provoca transtornos	Denúncia de poluição sonora	Factual

Moradores do litoral pressionam Câmara	Preocupação de moradores com o avanço dos empreendimentos imobiliários no litoral norte	Educativa/ Engajadora
<u>Litoral Norte: órgãos não se entendem sobre licenças</u> Litoral Norte sem licença para funcionar	Denúncia de falta de fiscalização das irregularidades de empreendimentos no litoral norte	Factual
Código de Edificações contra o caos urbano	Realização de consulta pública para aperfeiçoar definição do Plano Diretor sobre Lei do Código de Urbanismo e Edificações	Educativa/ Engajadora
<u>Fábrica polui o ar e prejudica população de São Miguel</u> [Meio ambiente] Morador sofre com poluição de fábrica	Poluição atmosférica por fábrica de cimento	Denunciativa
[Força da natureza] Avanço do mar assusta moradores da Pajuçara	Ameaça provocada pelo avanço do mar	Factual
[Poluição ambiental] Fábrica autuada pode ser interditada	Irregularidades nas instalações da fábrica de fertilizantes Profertil	Denunciativa
Setor de habitação prevê crescimento	Investimentos no mercado imobiliário na capital	Mercadológica
[De volta à câmara] Plano diretor de Maceió terá mudanças	Alterações do Plano Diretor de Maceió	Factual

Nessa categoria, as notícias chamam a atenção para a ocupação não-planejada e predatória da cidade de Maceió e em certa medida, a preocupação esteve focalizada nas ações humanas que afetariam a qualidade de vida dentro dos padrões urbanos. Entretanto, a questão do avanço do mar prevalece sendo vista como um fenômeno e o avanço imobiliário como um fator gerador de desenvolvimento, sendo pouco relacionadas suas implicações ambientais.

f) Resíduos Sólidos

Quadro VI – Categoria Resíduos Sólidos		
Título	Tema Central	Angulação
Repartições deverão usar papel reciclado	Publicação de lei que dispõe sobre utilização de papel reciclado em material	Factual

	de expediente da administração pública municipal	
Moradores protestam contra aterro sanitário	Protesto de moradores contra a construção do aterro sanitário nas proximidades do Rio Meirim	Factual
<u>Estudo aponta locais para o aterro sanitário</u> [Audiência pública] Aterro sanitário ficará no B. Bentes ou Guaxuma	Apresentação das duas áreas consideradas adequadas para instalação do aterro sanitário de Maceió	Factual
[Programa] Municípios vão aderir a reciclagem de pneus	Promoção do programa “Rodando Limpo” p/ aproveitamento de pneus usados na geração de energia	Factual
Calçados ecológicos se expandem pelo mundo	Produção de calçados com material reciclado	Mercadológica
Lixo do carnaval gera emprego e renda	Reciclagem como fonte de renda	Educativa/ Engajadora
Trapiche da Barra] Terreno baldio acumula lixo há 20 anos	Acúmulo de lixo em via pública	Denunciativa
Perigo] Alagoinha ainda impede acesso à praia	Entulhos de demolição impedem o tráfego na orla	Factual
<u>MP investiga “lixão” de Arapiraca</u> [Saúde] MP investiga destino de lixo hospitalar/ [Saúde pública] Administração do lixão culpa farmácias/ [Infância perdida] Crianças ajudam os pais a catar lixo	Denúncia de acúmulo de restos hospitalares em lixão de Arapiraca	Denunciativa

Para a divulgação de notícias ambientais sobre resíduos sólidos, a abordagem privilegiou fundamentalmente uma preocupação com a beleza cênica e mesmo quando tratavam da discussão sobre a destinação final do lixo, os aspectos levantados conduziam a uma visão apenas física, química ou biológica do tema. Não se fala sobre a redução da produção do lixo.

g) Saneamento

Esta divisão abrange as publicações que dizem respeito a medidas de oferecimento de boas condições sanitárias - visando preservar ou modificar as condições do ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, e dos problemas produzidos pela ausência destas atividades. A análise se restringiu ao abastecimento de água, disposição de esgotos, controle de zoonoses e vigilância sanitária de matadouros públicos; a questão do lixo constituiu uma categoria à parte.

Quadro VII – Categoria Saneamento		
Título	Tema Central	Angulação
CCZ: Prevenção e combate	Atuação do Centro de Zoonoses	Factual
Adutora em Japaratinga começa a ser construída em Bitingüi	Início da construção da rede adutora de abastecimento d'água de Japaratinga	Factual
Casal faz campanha para incentivar saneamento	Campanha de isenção de taxa de saneamento em Maragogi	Factual
<u>Esquistossomose ameaça Santana do Mundaú</u> Esquistossomose volta a ameaçar cidade	Contaminação da população por águas do rio Mundaú	Denunciativa
Graciliano Ramos terá bloqueio contra a dengue	Operação de combate aos focos do Aedes Aegypti	Factual
Oficina oferece técnica de tratamento de água	Promoção de oficina "Tratamento domiciliar de água para consumo humano	Factual
População consome água de poços contaminados	Uso de água de poços artesianos contaminados	Denunciativa
População reclama de esgoto a céu aberto	Transtorno provocado por tamponamento de bueiro em Rio Largo	Denunciativa
Falta de água revolta moradores do Sertão	Falta de água constante nos municípios do Sertão	Denunciativa
AMA oferece suporte para melhor funcionamento dos matadouros	Criação de consórcio entre municípios para cumprimento de determinações em matadouros	Factual
Falta d'água revolta moradores do Agreste	Falta de água constante no Agreste	Denunciativa
ONG financia castração de animais	Atividade de esterilização de cães e gatos pelo Neafa	Factual
Povoado Bananeira continua recebendo água sem qualidade	Falta de tratamento da água para consumo humano	Factual

Funai: índios reclamam de fossas estouradas	Transtorno das fossas estouradas no prédio da Funai ocupado por índios	Factual
Funasa libera recursos para saneamento básico	Liberação de recursos para obras de saneamento	Factual
Inspeção conjunta já fechou oito matadouros irregulares em AL	Situação irregular de matadouros públicos no interior do Estado	Educativa/ engajadora
Superlotação de cemitério em Maragogi preocupa população	Falta de espaço para sepultar os mortos em Maragogi	Denunciativa
Histórias de sofrimento nas favelas	Convívio com lama, lixo e esgoto à céu aberto em favela da periferia de Arapiraca	Denunciativa
Riacho bloqueado vira esgoto a céu aberto	Fechamento de canal e os conseqüentes transtornos em Maragogi	Denunciativa
[Mangabeiras] Novas construções sobrecarregam canal/ Limpeza de canal tenta evitar inundação	Risco de inundação de canal	Denunciativa
<u>Matadouros podem custar cerca de R\$1 milhão</u> [Saúde pública] Custos inviabilizam matadouros em AL/ Veterinário defende sistema de consórcio entre os municípios/ Municípios se unem para cumprir norma	Dificuldades de ajuste às exigências federais de funcionamento dos matadourors públicos	Educativa/ engajadora
[Sem qualidade] Poços artesanais põem saúde da população em risco	Laudo sobre má qualidade da água de poços artesanais de uso privado	Factual
[Novo modelo] Matadouros inauguram consórcio em AL	Elaboração de projeto de abatedouro público em sistema de consórcio de municípios alagoanos	Factual
<u>18 cidades esperam 1.500 cisternas</u> Cisternas contra seca não saem do papel/ Crianças são vítimas da esquistossomose/ Estudiosos critica construção de cisternas	Construção de cisternas, cujos recursos foram entregues há meses, mas continua só na promessa	Denunciativa
Vacinação anti-rábica será amanhã	Realização de campanha de vacinação contra raia canina	Factual
Superlotação faz cemitério despejar mortos em Alagoas	Falta de espaço para sepultar os mortos em Porto Calvo	Denunciativa
Riacho será desviado para não poluir praia	Apresentação de projeto de transposição do riacho de Águas Férreas	Factual
Maragogi reduz taxa de saneamento	Campanha de redução de taxa de saneamento em Maragogi	Factual
[Cruz das Almas] Obra tenta barrar despejo de esgotos	Início das obras de transposição do riacho de Águas Férreas	Factual

h) Identidade Cultural

Esta categoria envolveu notícias ambientais que privilegiassem aspectos históricos ou tradições populares das comunidades.

Quadro VIII – Categoria Identidade Cultural		
Título	Tema Central	Angulação
Velas abertas no rio A canoa de tolda, o vento e as histórias do Velho Chico	Retorno de tradicional canoa de tolda às águas do rio São Francisco	Educativa/engajadora
<u>Procissões marítimas no Dia de São Pedro</u> São Pedro é reverenciado por pescador/ Devotos se unem para homenagear santo protetor	Homenagem à São Pedro em manifestação de fé dos pescadores	Factual
Velho Chico vai ganhar museu	Projeto de criação do Museu do Velho Chico	Factual
São João aquece venda de milho no interior	Tradição dos pratos feitos com milho no período junino e seus reflexos econômicos	Mercadológica
<u>Milhares de fiéis acompanham procissões náuticas e terrestres em homenagem a São Pedro, protetor dos pescadores</u> Fiéis homenageiam São Pedro com procissões em terra e mar/ Dia de São Pedro em Maragogi é marcado pela procissão marítima	Homenagem a São Pedro em manifestação de fé de pescadores	Factual
<u>Parte da história do Velho Chico</u> Cidade resgata símbolo do Velho Chico/ Embarcação volta a encantar ribeirinhos/ Canos de tolda vira atrativo turístico/ Canoeira viajava com fortuna de coronel	Retorno de tradicional canoa de tolda às águas do rio São Francisco	Factual
Museu vai resgatar a história do rio da integração nacional	Projeto de criação do :Museu do São Francisco	Factual

i) Turismo

Nessa categoria, constaram reportagens referentes a um assunto que, na ocasião, constituiu uma polêmica no cenário ambientalista do Estado: a instalação do Complexo Turístico Onda Azul. No entanto, prevaleceu a posição favorável ao crescimento econômico, já que a repercussão contrária aos impactos ambientais da obra não obteve espaço nas páginas dos jornais.

Quadro IX – Categoria Turismo		
Título	Tema Central	Angulação
Temporada de verão aquece economia	Dados estatísticos sobre turismo vinculado aos atrativos naturais no Estado	Mercadológica
<u>Maragogi vai receber turistas da Escandinávia</u> Maragogi deve receber turistas escandinavos no próximo verão	Possibilidade de intercâmbio cultural e turístico Maragogi-Noruega vinculada aos atrativos naturais do município	Factual
Turismo de sol e mar é mais consumido pelos brasileiros	Estimativas oferecidas pela pesquisa “Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico Brasileiro”	Científica
Obras do Ondazul vão começar este ano	Concessão de licença ambiental para megaprojeto turístico no litoral norte	Mercadológica
[Ondazul] Investimentos iniciais chegam a US\$ 1,5 mi	Dados sobre recursos para minimizar impactos ambientais e capacitar população a despeito da instalação do complexo turístico Ondazul	Mercadológica
<u>Maragogi acumula prejuízos na baixa estação</u> Turismo de Maragogi sofre prejuízos/ Concorrência já preocupa empresários/ Português constrói resort em Maragogi	Crise do turismo em Maragogi	Mercadológica
<u>Cachoeira em Chã Preta atrai aventureiros</u> Onde esporte e natureza se completam	Divulgação dos atrativos da Fazenda Baixa Funda, apontada como “paraíso dos aventureiros	Factual
<u>Renan tenta aprovar Onda Azul e rever dívidas em AL</u> Renan tenta aprovar projeto Onda Azul	Tentativa de liberar aprovação do projeto Onda azul	Personalística

j) Gestão

A Categoria englobou assuntos referentes à governabilidade ambiental, tanto do ponto de vista de ações institucionais na fiscalização ou promoção de atividades educativas, como envolvendo instâncias democráticas.

Quadro X – Categoria Gestão		
Título	Tema Central	Angulação
Consórcio de AL será formalizado	Elaboração de projeto de lei p/ execução de políticas de desenvolvimento	Educativa/ Engajadora
Alagoas forma jovens ambientalistas	Participação Alagoana na II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente	Educativa/ engajadora
ONG cobra reabertura do IMA no litoral norte	Cobrança pela presença de órgão de fiscalização ambiental	Factual
Fórum da bacia hidrográfica será oficializado na quarta-feira	Oficialização do Fórum Permanente dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado	Factual
IMA programa Dia do Meio Ambiente	Divulgação de semana de atividades em homenagem à Semana do Meio Ambiente	Factual
Sempma multa estabelecimentos irregulares	Aplicação de multas em 3 empresas sem licença ambiental obrigatória	Factual
Estudantes realizam caminhada ecológica	Realização de atividade em alusão à Semana do Meio Ambiente na Barra de S. Miguel	Factual
<u>Base para trabalho em Maragogi é sub-utilizada</u> [Desenvolvimento Sustentável] Fórum cobra ação do IMA em Maragogi/ Carro e lancha que deveriam servir a fiscais estão no IMA/ [Natureza ameaçada] Falta de verba emperra fiscalização	Não funcionamento da base do IMA no litoral norte	Denunciativa
<u>Base do IMA no Litoral Norte nunca funcionou</u> IMA gatsa R\$215, 7 mil e abandona base	Abandono da unidade descentralizada do IMA no Litoral Norte	Denunciativa
Pescadores discutem transposição de rio	Realização de encontro de pescadores da bacia do rio São Francisco em Salvador	Educativa/ Engajadora
ONG recebe doação de holandeses	Arrecadação de recursos na Holanda para Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu	Factual

k) Energia

Quadro XI – Categoria Energia		
Título	Tema Central	Angulação
<u>Usina vende energia a Eletrobrás</u> Usina investe em energia alternativa	Firmação de convênio de produção energética alternativa	Factual
[Energia alternativa] Alagoas inicia análise potencial eólico	Instalação de torres de medição eólica	Mercadológica
Gás natural de AL não abastece todo o NE	Impossibilidade de AL assegurar a auto-suficiência de gás natural da região nordeste	Factual
Levantamento aponta que Alagoas pode ganhar três parques eólicos	Anúncio da exploração de energia alternativa em AL	Factual
Cresce consumo de gás natural em AL	Dados sobre o crescimento do mercado de gás natural em AL	Mercadológica
Chesf comemora licenças ambientais	Concessão de licença para Chesf operar em novo parque gerador	Factual

Esta categoria contemplou notícias referentes ao setor energético, que de modo geral não exploraram o formato educativo que a emergência do debate sobre fontes alternativas de energia requer. Os textos detiveram-se nos investimentos do segmento, negligenciando o contexto social e os objetivos estratégicos da política energética abordada.

CONCLUSÃO

A questão ambiental, emergente no século passado, resgata a compreensão histórica da dialética entre a sociedade e a natureza: o conflito em questão está na base do processo de desenvolvimento e transformação das sociedades humanas; e por meio dele, se inscrevem concepções de mundo, que podem ser abordadas sob diferentes perspectivas teóricas.

O modo como historicamente têm se estabelecido estas relações e interpretações entre o homem e o mundo natural apresenta implicações ético-filosóficas, sociais, ambientais e políticas referentes a cada época e, com a instauração da modernidade, resultou no projeto de dominação da natureza pela tecnociência.

Por outro lado, o avanço da crise ambiental planetária e o estabelecimento da ciência ecológica revelam que a questão ambiental não é algo só 'biológico',

só 'físico' ou só 'químico', não cabe nas fronteiras das Ciências da Natureza, está além disso, inserida no arcabouço das Ciências Humanas, Sociais e Morais, ligada, sobretudo, ao modelo de desenvolvimento.

Neste cenário, a pesquisa buscou compreender se esta reflexão se faz presente nas notícias ambientais publicadas na imprensa alagoana. As discussões sobre a relação entre o jornalismo e a temática ambiental tiveram impulso a partir da hipótese de que se tratava de uma prática inexistente ou muito rara no cenário alagoano.

A primeira constatação, a partir da fase inicial da pesquisa, foi que a hipótese original era inverídica e infundada. Se, por um lado, o recolhimento e clipagem dos jornais veiculados no período da pesquisa deram conta da existência do jornalismo ambiental, contrariando a expectativa da autora, por outro abriu um novo caminho a ser trilhado, para compreender como se dava esta prática.

A prioridade da pesquisa passou a ser descobrir o que se discutia nesses espaços dedicados aos assuntos ambientais. Para isto, foi necessário avaliar os conceitos de jornalismo e o papel do jornalista na sociedade.

Concordou-se que o jornalismo, na sociedade capitalista, é uma atividade regida pelas mesmas regras de mercado das demais áreas, submetida às relações de poder político e econômico; e que precisa vender idéias, valores, produtos. Os media, entretanto, não fornecem uma reprodução fiel da realidade, mas o resultado de vários pontos de vista: de quem controla e seleciona as pautas, do editor que efetua cortes arbitrários e do próprio jornalista que redige, por exemplo.

A necessidade de padronizar o conteúdo do veículo segundo um denominador comum de aprovação do público preside à elaboração da mensagem e influencia necessariamente seu conteúdo. Estes são os condicionantes da atividade jornalística, que vão ter um reflexo direto sobre a forma como é tratado o tema meio ambiente no noticiário impresso.

É possível notar que o tratamento dado às questões ambientais está aquém de sua relevância: As discussões acerca do meio ambiente ainda passam despercebidas, se consideradas como um todo, relacionando as diversas áreas do conhecimento neste panorama.

O jornalismo ambiental na grande imprensa ainda não consegue cumprir o papel de fomentar continuamente o debate público, de incluir na agenda de discussões da sociedade a temática ambiental, de modo a informar para formar cidadãos ambientalmente conscientes e críticos. Observa-se esta função sendo cumprida apenas ocasionalmente.

Reafirmando as citações de diversos autores, deve-se ressaltar que a temática ambiental está intimamente ligada às questões como saúde, pública, educação, agricultura, indústria, planejamento urbano etc, o que lhe remete uma importância fundamental nas discussões da sociedade.

A preocupação com a formação do jornalista entra neste ponto, visto que a partir dela é possível ampliar as perspectivas jornalísticas para o manejo da temática ambiental, resultando numa produção mais compatível com as exigências de tratamento que lhe são cabíveis – usos de termos técnicos com rigor científico, por exemplo. Daí o jornalista estará mais habilitado a tornar a

matéria atraente e didática para os leitores, permitindo não apenas a compreensão do texto, como a possível identificação com a causa ambiental.

Percebe-se, a partir do relato histórico do jornalismo ambiental no Brasil, que a divulgação através da imprensa pode contribuir para esta conscientização ecológica da sociedade. O entrave nesta divulgação, porém, continua sendo o aproveitamento do tema como simples produto informativo, ou como “moeda de troca” no destacamento de personalidades políticas (deputados, vereadores, governadores etc.) e econômicas (empresas, indústrias etc.).

A partir destes pontos chega-se à realidade alagoana, através da análise de seus dois jornais diários. O resultado da pesquisa apontou para a comprovação da ponderação conceitual do trabalho.

Foi possível, portanto, compreender a dimensão das discussões acerca da presença do “meio ambiente” nos meios de comunicação e do papel do jornalista enquanto mediador desta discussão. O jornalismo ambiental está entre as mais importantes atividades jornalísticas, mas que ainda não se impôs.

As seguintes constatações podem ser relacionadas:

- O espaço dedicado ao meio ambiente nos jornais não é deficiente, o que mostra deficiência é o suprimento desta discussão em sua interdisciplinaridade, considerando que a temática ambiental não diz respeito apenas ao mundo natural, mas significa tratar de questões complexas como pobreza e desenvolvimento, enfim, das relações sociais e do acesso aos recursos naturais.
- É exatamente a ausência deste vínculo do tema *meio ambiente* com os problemas enfrentados diariamente pela população, as questões

de “utilidade pública”, que constitui a falsa idéia de dissociação entre eles e que faz com que o tema apareça distanciado da discussão sobre as alternativas viáveis de desenvolvimento.

- Nestes espaços onde se veiculam notícias ambientais, a temática ambiental recebe um tratamento marginal às discussões sociais, política e econômica: isto pode ser percebido pela sua baixa incidência em diferentes editorias, o que indica o não relacionamento do tema com as diversas áreas às quais ele está ligado.
- O meio ambiente apresenta pouco destaque nos jornais quando o tema não constitui catástrofe, onde lhe são destinadas chamadas de capa ou manchetes como mostraram os resultados da pesquisa. Esse denunciamento detectado nas notícias, e a prática de jornalismo “reativo”, assim como a angulação factual de boa parte das matérias também indicam o não aprofundamento nas questões ambientais, indispensáveis à sua compreensão em seu contexto completo.

O que se detecta, por fim, é que a significação de meio ambiente conferida pelo conteúdo ambiental veiculado na imprensa alagoana reproduz a visão biologizada do assunto, induzindo à falta de compreensão da questão ambiental e a utilização desta para fins de simples produto jornalístico ou de barganha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE NAVARRO, M. B. M.; CARDOSO, T. A. O.; LIMA E SILVA; F. H. A. Entre o desejo da vida e a razão da ciência. *Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas* - Ano 02, número 02, 2003. Disponível em <<http://www.unirio.br/cead/morpheus/Numero02-2003/marlinavarro.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2006.

ARAÚJO JÚNIOR, O. O que é meio ambiente?. Disponível em <<http://olimpioaraujojr.sites.uol.com.br/artigos/oqueemeio.htm>>. Acesso em set.2006.

ÁVILA-PIRES, F. D. Debate sobre o artigo de Elmo Rodrigues da Silva & Fermin Roland Schramm. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro. 13(3). jul-set. 1997.

BARBOSA, J. *A história de Alagoas: dos caetés aos marajás*. Maceió, 1999.

BAUDRILLARD, J. *A Transparência do Mal*. Campinas/SP Papirus, 1990,

BENEVIDES, M. V. de M. Cidadania e Política. Revista Lua Nova. Edição nº 32. 1994.

BLANCO, H. O Turismo Ecológico e a Autoconsciência do Homem Contemporâneo: uma Abordagem Filosófica da Questão Ambiental. Boletim Técnico do SENAC – volume 29, número 03, set-dez. 2003. Disponível em <<http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/301/boltec301d.htm>>. Acesso em: 28 jan. 2006.

BRANDAO, A. Divulgação Científica: Percepções de meio ambiente na Revista Ciência Hoje. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Alagoas, Ed. Da autora, 2007.

BRANDÃO, N. A insuficiência de desenvolvimento e suas implicações para o meio ambiente: o caso de Alagoas. Ed. da autora, 2006.

BRUM, J. de. *A Hipótese do Agenda Setting: Estudos e Perspectivas*. Disponível em <<http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n35/jbrum.html>>. Acesso em 17 fev. 2004.

CAMPOS, P. *Periodismo ecológico en México*. In: Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina – CIESPAL, *Periodismo y meio ambiente*, Quito: Quipos, 1991.

CORREIA, J. C. Os mass media entre o sistema e o mundo da vida. Disponível em < <http://bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-carlos-mass-media-mundo-da-vida.html>>. Acesso em 03 nov. de 2006.

DAGNINO, E. *Cultura, Cidadania e Democracia – A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana*. In: Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras / ALVAREZ, S. E. & DAGNINO, E. & ESCOBAR, A. (orgs.). Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2000.

DAGNINO, E. *Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades*. In: Sociedade civil e espaços públicos no Brasil / DAGNINO, E. (org.). São Paulo: Paz. e Terra, 2002.

DINES, A. *Enchentes, transplantes, boi gordo. Jornalismo reativo versus jornalismo preventivo*. Disponível em <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd200198e.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2004.

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, A. *Jornalismo ambiental*. Monografia de conclusão de curso, Universidade Estácio de Sá, Ed. da autora, 2002.

JUKOFSKY, D. *El periodismo ambiental: un especie en extinción*. Chasqui, Revista Latino-americana de Comunicación. Disponível em: <<http://www.comunica.org/chasqui/jukofsky70.htm>> . Acesso em: 03 fev. 2004.

LIMA, E. de S. *A importância da mídia na conscientização ambiental*. Disponível em <<http://www.jornalismocientifico.com.br/artigojornaambientaleliana.htm>> . Acesso em: 15 fev. 2004.

LUSTOSA, I. O nascimento da imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MARQUES DE MELO, J. A opinião no jornalismo brasileiro. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.

MEDINA, C. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*, 2ª ed., São Paulo, Summus, 1988.

MORETZSOHN, S. *Jornalismo em “tempo real”: o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro, Revan, 2002.

NOBLAT, R. *A arte de fazer um jornal diário*. São Paulo, Contexto, 2002.

OLIVEIRA, A. S. Relação homem/ natureza no modo de produção capitalista. São Paulo, 2002. Disponível em <<http://www.prudente.unesp.br/ceget/pegada/pegesp10.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2006.

ORTIZ, I. C. *Periodismo y medio ambiente en Panamá*. In: Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina – CIESPAL, *Periodismo y meio ambiente*, Quito: Quipos, 1991.

PARODI, L. *Etica profesional del periodista*. In: Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina – CIESPAL, *Periodismo y meio ambiente*, Quito: Quipos, 1991

PINTO, A. de. M. Política ambiental e ambientalismo em Alagoas: surgimento, conflitos e interações. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Alagoas: Ed. do autor, 2004.

REIGOTA, M. *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez, 2ª Ed., 1997.

ROSSI, C. *O que é jornalismo*, São Paulo, Braziliense, 1980.

SÁ, M.F.P. A questão ambiental e o conhecimento ecológico. Maceió: Ed. da Autora, 2003. 22 p.

SACHS, :I. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

SEN, A. K. Sobre ética e economia. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERRANO, V. *Tratamiento del tema ambiental por los medios de comunicación*. In: Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina – CIESPAL, *Periodismo y meio ambiente*, Quito: Quipos, 1991

SILVA, E. R. da & SCHRAMN, F. R. A questão ecológica: entre a ciência e a ideologia/utopia de uma época. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro. 13(3):355-382. jul-set. 1997.

SILVA, F. A. L. *Biodiversidade: a segurança da terra viva 2*. Brasília, Coleção Brasil 7, vol. 2, 1999.

VECCHIATTI, Karin. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n3/24782.pdf>>. Acesso em jul. 2007.

VIEIRA, L. *Cidadania e Controle Social*. In: PEREIRA, L. C. B. & GRAU, N. C. (orgs.). *O Público Não-Estatal na Reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

VILLAR, R. *Jornalismo ambiental – evolução e perspectivas*. *Jornal Agir Azul*. Disponível em <<http://www.agirazul.com.br>, 1997>. Acesso em: 12 dez. 2003.